



DIÁLOGO E PARTICIPAÇÃO

A experiência do Observatório Litoral Sustentável



REALIZAÇÃO

 Instituto Pólis

CONVÊNIO

 BR PETROBRAS


BRASIL
GOVERNO FEDERAL

CATALOGAÇÃO NA FONTE
Polis – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais
Centro de Documentação e Informação

Pyl, Bianca.

Diálogo e participação: a experiência do Observatório Litoral Sustentável /

Bianca Pyl. - São Paulo: Instituto Pólis, 2016.

74p. (Caderno Temático, 4)

ISBN 978-85-7561-079-4 (Publicação Impressa)

ISBN 978-85-7561-080-0 (Publicação Digitalizada)

1. Região Metropolitana da Baixada Santista, SP. 2. Litoral Norte, SP. 3. Desenvolvimento- aspectos ambientais. 4. Desenvolvimento econômico local. 5. Planejamento urbano. 6. Planejamento territorial. 7. Sustentabilidade social e ambiental. 8. Licenciamento ambiental. 9. Condicionantes e monitoramento ambiental. 10. Compensação ambiental. 11. Indicadores sociais, econômicos e ambientais. 12. Royalties do petróleo, Brasil. 13. Royalties e participações especiais. 14. Políticas públicas. 15. Gestão participativa. 16. Controle social do orçamento. 17. Direitos - povos e comunidades tradicionais. 18. Turismo sustentável- Litoral Norte, SP. 19. Turismo de base comunitária. I. Título. II. Instituto Pólis. III. Pyl, Bianca. IV. Observatório Litoral Sustentável.

CDD 338.27282
CDU 330.123 (81)



O trabalho Diálogo e participação: a experiência do Observatório Litoral Sustentável de Bianca Pyl está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

CADERNO
TEMÁTICO 4 

DIÁLOGO E PARTICIPAÇÃO

A experiência do Observatório Litoral Sustentável



Produção do Observatório Litoral Sustentável, uma parceria entre o Instituto Pólis e a Petrobras

REDAÇÃO E EDIÇÃO

Bianca Pyl

EDIÇÃO

Luci Ayala

ENTREVISTAS

Carolina Lopes, Flávio Leal e Thaís Macedo

APOIO EDITORIAL

Isadora Pinheiro

TABELAS E GRÁFICOS

Luísa Nasraui

FOTOS

Equipe Observatório Litoral Sustentável

PROJETO GRÁFICO E DIREÇÃO DE ARTE

Renata Alves de Souza

EQUIPE OBSERVATÓRIO

COORDENAÇÃO

Nelson Saule Júnior

Danielle Klintowitz

Maria Judith Magalhães Gomes

Guadalupe Abib de Almeida (até junho de 2015)

SECRETARIA EXECUTIVA

Stacy Torres

Neide Pereira Santos

Reginaldo Vieira Nazário

TÉCNICOS

Adriano Borges Costa

Ana Cristina Vellardi (de agosto de 2015 até novembro de 2015)

Ana Cristina Gentile Ferreira

Anna Luiza Salles Souto Ferreira (até outubro de 2015)

Amanda Kamanchek Lemos (até novembro de 2014)

Andrea Braga Salgueiro (até junho de 2015)

Bianca Pyl

Cauê Marques (até julho de 2015)

Christiane Gasparini Araújo Costa

Diogo Soares (até janeiro de 2016)

Edson Marques Lobato

Eliane Simões (a partir de junho de 2016)

Elisabeth Grimberg

Fernanda Versolato

Gilda Helena Leoncio Nunes (de julho até outubro de 2015)

Hamilton Faria (até novembro de 2014)

Hélio Wicher Neto

Henrique Botelho Frota (a partir de setembro de 2015)

Irene Maestro (a partir de abril de 2015)

Isabel Ginters (a partir de janeiro de 2015)

Isadora Pinheiro

Jorge Kayano

Letícia Palazzi Perez

Luci Ayala (a partir de novembro de 2015)

Marcela Oliveira Scotti de Moraes (a partir de junho de 2016)

Mariana Levy Piza Fontes (até abril de 2016)

Mariana Romão

Mônica Antonia Viana (a partir de setembro de 2015)

Paola Tesser (até abril de 2016)

Patrícia de Menezes Cardoso

Paulo Henrique de Araújo Neves (a partir de janeiro de 2015)

Paulo Romeiro

Rafael Paulo Ambrosio (até junho de 2015)

Roberto Francine Júnior

Vitor Nisida

APOIO | INSTITUTO PÓLIS

Clodoaldo Santos

Dilma Sylvéria dos Santos Nazário

Gisele Balestra

João Batista dos Santos

João Carlos Ignácio

Lucas de Figueredo

Maria Aparecida Mendes

Maria Cristina da Silva

Maria da Paixão Pereira Mota

Raul Alves da Silva

Rosângela Maria da Silva

Sandra Barbosa Pessoa

Tânia Maria Masselli



DIÁLOGO E PARTICIPAÇÃO

A experiência do Observatório Litoral Sustentável





Conteúdo

06 **Observatório Litoral Sustentável**

08 **Projeto Litoral Sustentável**

10 **Agendas de Desenvolvimento Sustentável**

11 **Criação do Observatório Litoral Sustentável**

13 **Participação ampliada e diversificada**

16 **Instâncias participativas**

17 **Câmara Temática de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais da Baixada Santista**

21 **Câmara Temática Turismo Sustentável do Litoral Norte**

25 **Instâncias de diálogo sobre os grandes empreendimentos**

30 **Contribuições do Observatório**

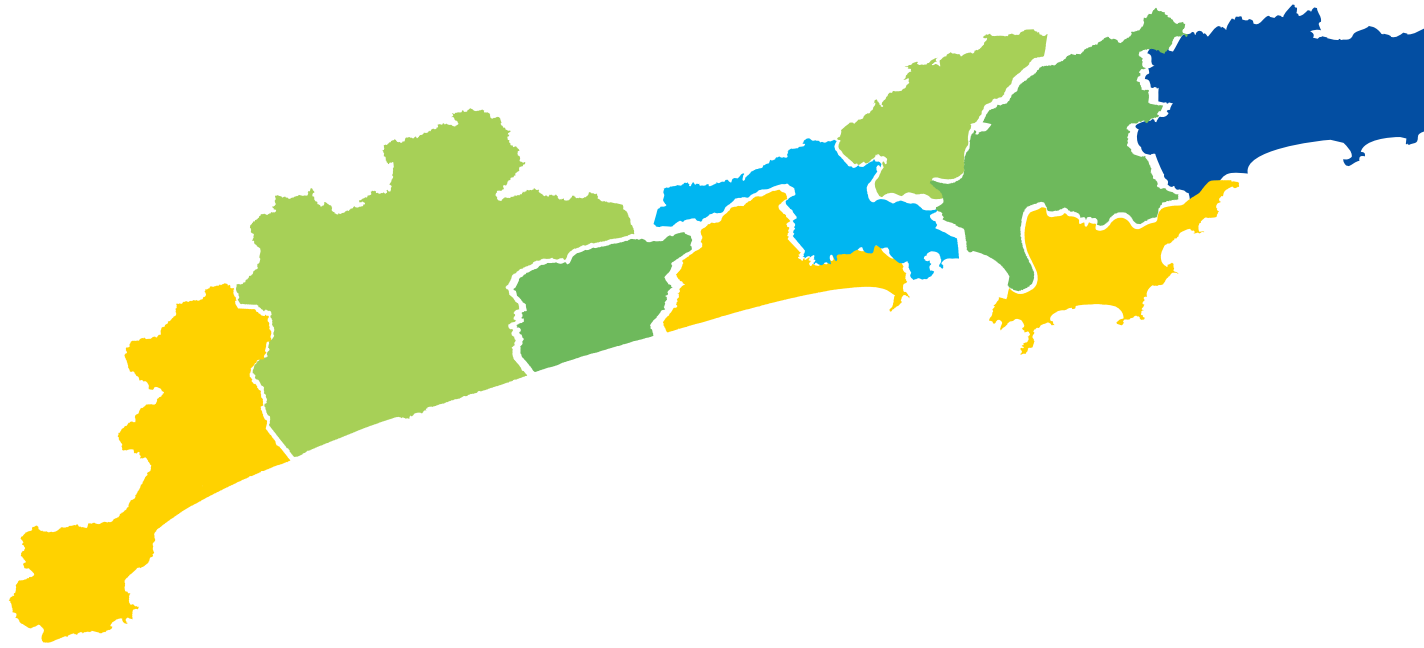
40 **Produção e difusão de conhecimentos**

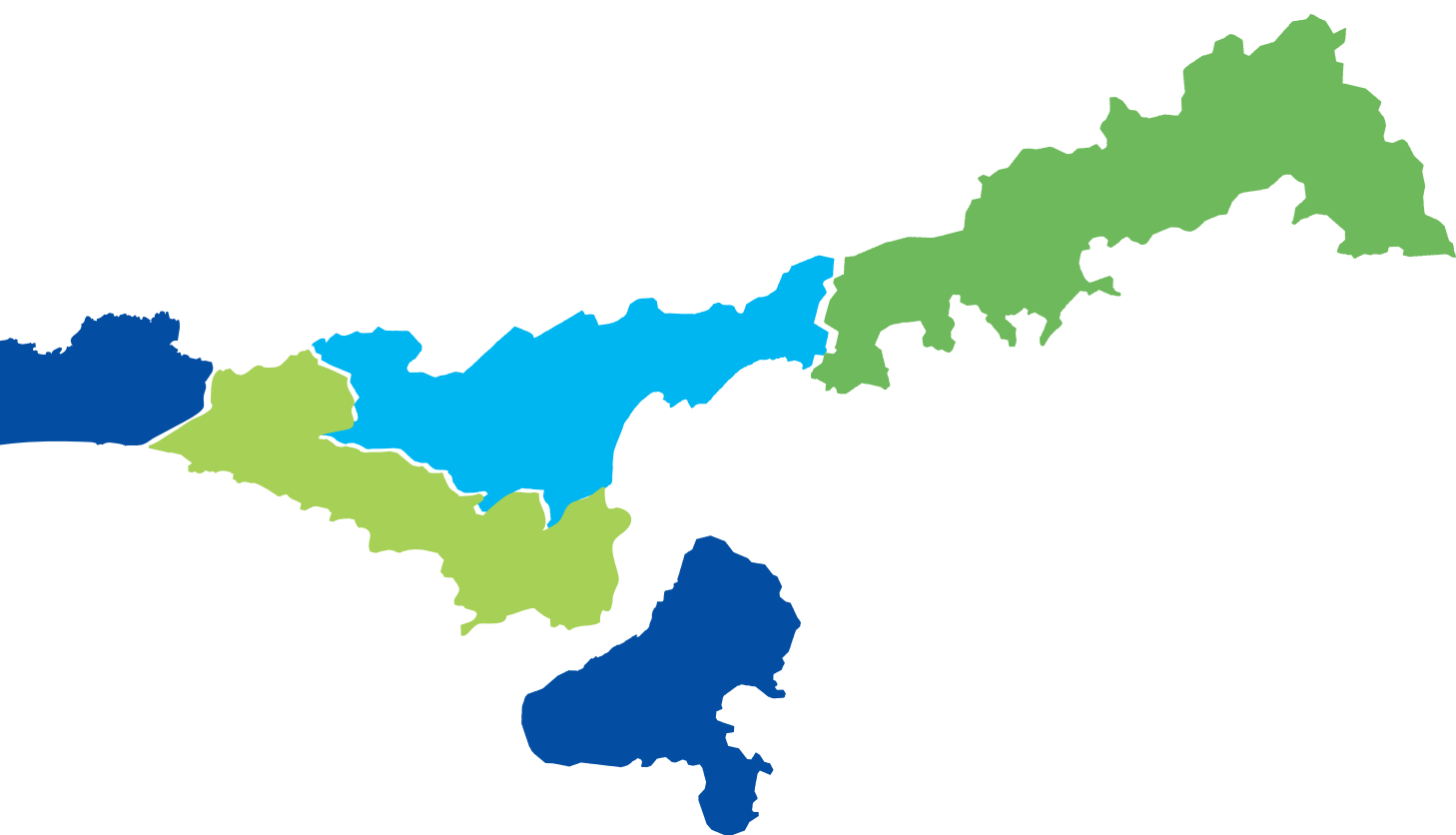
42 **Comunicação: a voz ativa do Observatório**

45 **Produtos editoriais**

64 **Desafios do Observatório**

66 **Anexo**





Observatório Litoral Sustentável

O Observatório Litoral Sustentável e suas instâncias de participação integram o trabalho realizado pelo Instituto Pólis no Litoral Paulista em convênio com a Petrobras, desde 2011. O ponto de partida foi o projeto Litoral Sustentável, que realizou um diagnóstico socioambiental e urbanístico participativo regional e de cada um dos 13 municípios do Litoral Norte e da Região Metropolitana da Baixada Santista. Os diagnósticos foram a base para a construção coletiva de uma Agenda para o Desenvolvimento Sustentável da região e agendas municipais.

Projeto Litoral Sustentável

Nas últimas décadas o Litoral Paulista vem experimentando uma forte transformação, com processos de urbanização muitas vezes desordenados, com significativo impacto na vida de quem reside e trabalha na região. Essas transformações se acentuaram com o segundo ciclo de implantação de grandes empreendimentos ligados à cadeia produtiva de petróleo e gás e demais cadeias nas áreas de logística, mobilidade e projetos imobiliários.



Para captar essa dinâmica de transformação da região, o PROJETO LITORAL SUSTENTÁVEL promoveu oficinas de debates, estudos de caso, pesquisas dirigidas, entrevistas, reuniões com os gestores em todos os municípios e muitos estudos técnicos sobre os diferentes aspectos urbanísticos, ambientais e econômicos da região. O resultado foi um **DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL E URBANÍSTICO DO LITORAL PAULISTA, INCLUINDO VISÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SAÚDE, CULTURA, SEGURANÇA ALIMENTAR, RESÍDUOS SÓLIDOS, SEGURANÇA PÚBLICA E EDUCAÇÃO.**

Os **DIAGNÓSTICOS LOCAIS E O REGIONAL** foram debatidos em seminários, audiências participativas e encontros regionais, que coletaram as contribuições da sociedade civil e poder público para a elaboração das Agendas de Desenvolvimento do Litoral Sustentável. O **SITE DO PROJETO** (www.litoralsustentavel.org.br) também serviu como um canal de participação social, por meio de formulários de contribuições abertos. A sociedade pôde se manifestar e levantar propostas para a construção de um cenário regional com mais qualidade de vida, desenvolvimento sustentável com inclusão social e participação cidadã.



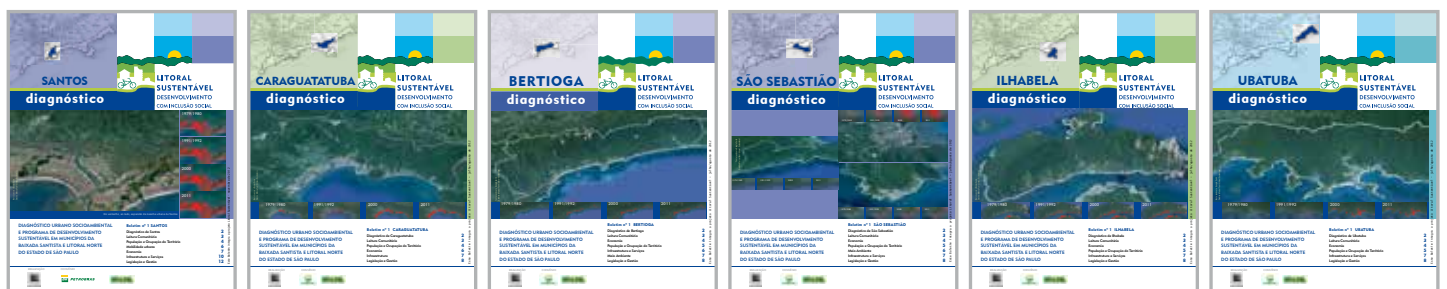


Ao longo de quase dois anos, o projeto Litoral Sustentável conseguiu mobilizar cerca de 2.100 participantes para os seus eventos, envolvendo cerca de 470 entidades diferentes do litoral, sendo 17% delas do poder público e 83% da sociedade civil. A escuta procurou envolver as mais diversas organizações, redes e fóruns representativos da sociedade civil do Litoral, bem como gestores federais, estaduais e municipais. Pescadores, agricultores, organizações ligadas ao turismo e ao comércio, movimentos de moradia, organizações ambientalistas e assistenciais, cooperativas de catadores, comunidades indígenas e quilombolas, entidades empresariais e educacionais e instituições de governo fizeram parte dos espaços de discussão e de construção de propostas para as **AGENDAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**.

Durante os **SEMINÁRIOS REGIONAIS** foram organizados 28 grupos de discussão temáticos (com 336 participantes ao todo), além de reuniões periódicas realizadas com os governos municipais ao longo dos dois anos do projeto.

DEVOLUTIVAS DOS DIAGNÓSTICOS MUNICIPAIS AOS GOVERNOS foram realizadas no segundo semestre de 2012 a partir de sua versão preliminar, e em seguida feitas as devolutivas públicas, uma em cada município, para a qual foram convidados entidades da sociedade civil, população e poder público municipal e também estadual e federal.

Em dezembro de 2012 foram realizados dois seminários regionais, um na Baixada Santista, em Santos, e outro no Litoral Norte, em Caraguatuba, para apresentar os principais resultados do diagnóstico regional e debater com os representantes de administração pública e da sociedade civil.



Agendas de Desenvolvimento Sustentável

Essa leitura integrada do território que compôs os diagnósticos produziu um conjunto de informações que foram utilizadas pela sociedade civil e pelos gestores públicos, consolidando-se como fonte de informação sobre o território e ponto de partida para a elaboração das **AGENDAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: CONTRIBUIÇÕES PARA A BAIXADA SANTISTA E LITORAL NORTE**. As agendas (regional e municipais) apresentam um conjunto de ações prioritárias, construído coletivamente, para promover o desenvolvimento sustentável com inclusão socioterritorial e responsabilidade ambiental.

A **AGENDA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL** foi constituída por um conjunto de princípios, diretrizes e ações estratégicas, articuladas em torno de eixos temáticos, que procuraram responder a questões transversais da região, correspondentes aos desafios e potencialidades identificados durante a fase de diagnóstico do projeto. Por exemplo, os assentamentos informais de baixa renda, a mobilidade urbana, a inserção produtiva através de ações de segurança alimentar, as áreas ambientais especialmente protegidas e a destinação dos resíduos sólidos urbanos.

A Agenda Regional dialoga com as características desse território e reconhece as especificidades das duas regiões – Baixada Santista e Litoral Norte, relacionadas em grande medida aos seus diferentes processos de urbanização. Está organizada em três eixos estratégicos:

1. Desenvolvimento Sustentável com Inclusão Social;
2. Uso Sustentável das Áreas Protegidas; e
3. Democratização do Território e Inclusão Social.



SUMÁRIO	
APRESENTAÇÃO	4
PARTE 01	
O PROJETO LITORAL SUSTENTÁVEL: construção dos diagnósticos socioambientais, participativos e das agendas regional e municipal	4
Caracterização da região: Baixada Santista e Litoral Norte	12
Desafios ao Desenvolvimento Sustentável da região	16
Os Eixos Temáticos estruturadores da Agenda Regional	22
Observatório Litoral Sustentável	23
PARTE 02	
AGENDA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	24
Princípios da Agenda Regional	24
Eixos e Diretrizes da Agenda Regional	25
Ações Estratégicas	26
EIXO 1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSÃO SOCIAL	26
EIXO 2 USO SUSTENTÁVEL DAS ÁREAS PROTEGIDAS	35
EIXO 3 DEMOCRATIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E INCLUSÃO SOCIAL	43
O papel dos atores na implementação da Agenda Regional	58
Gestão regional e orientações institucionais	69
Agenda Regional	74
EIXO 1	80
EIXO 2	81
PARTE 03	
AGENDAS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	94
Apresentação das Agendas Municipais	95
Agenda Municipal de UBATUBA	99
DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	106
AÇÕES LOCAIS - EIXO 1, 2 E 3	100-109
Agenda Municipal de CARAGUATUBA	110
DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	112
AÇÕES LOCAIS - EIXO 1, 2 E 3	114-114
Agenda Municipal de IJABELA	122
DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	124
AÇÕES LOCAIS - EIXO 1, 2 E 3	126-126
Agenda Municipal de SÃO SEBASTIÃO	124
DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	128
AÇÕES LOCAIS - EIXO 1, 2 E 3	130-147
Agenda Municipal de BERTIÓGA	148
DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	150
AÇÕES LOCAIS - EIXO 1, 2 E 3	151-151
Agenda Municipal de GUARUBÁ	160
DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	164-164
AÇÕES LOCAIS - EIXO 1, 2 E 3	162
Agenda Municipal de SÃO CARLOS	166
DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	172
AÇÕES LOCAIS - EIXO 1, 2 E 3	174
Agenda Municipal de SANTOS	174
DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	176
AÇÕES LOCAIS - EIXO 1, 2 E 3	180-180
Agenda Municipal de CUBATUBA	188
DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	191
AÇÕES LOCAIS - EIXO 1, 2 E 3	194-201
Agenda Municipal de SÃO VICENTE	202
DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	204
AÇÕES LOCAIS - EIXO 1, 2 E 3	206-215
Agenda Municipal de PRAIA GRANDE	216
DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	218
AÇÕES LOCAIS - EIXO 1, 2 E 3	219-220
Agenda Municipal de MOGI GUÁ	220
DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	222
AÇÕES LOCAIS - EIXO 1, 2 E 3	224-243
Agenda Municipal de ITANHÉM	244
DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	246
AÇÕES LOCAIS - EIXO 1, 2 E 3	247-247
Agenda Municipal de FERRAS	248
DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	250
AÇÕES LOCAIS - EIXO 1, 2 E 3	251
ANEXO	
Glossário	274



Criação do Observatório Litoral Sustentável



Iniciativa inovadora e inédita na região, o OBSERVATÓRIO LITORAL SUSTENTÁVEL, uma parceria entre Instituto Pólis e Petrobras, surge com o objetivo de acompanhar e estimular a implantação da Agenda de Desenvolvimento Sustentável.

O Observatório Litoral Sustentável deu continuidade ao processo participativo, desencadeado pela fase anterior do projeto Litoral Sustentável, que buscou fomentar a discussão sobre o desenvolvimento sustentável na região.

Merece destaque o constante contato com os interlocutores e atores sociais desse processo que levou a um novo enfoque para iniciar as atividades do Observatório. Ao longo da mobilização inicial os atores já demonstraram interesse em criar espaços de diálogos abertos nos moldes de Câmaras Temáticas. A equipe técnica do Observatório decidiu então priorizar inicialmente a criação das Câmaras Temáticas e realizar os debates acerca das prioridades e ações estratégicas para o Litoral Paulista. Já nos eventos de lançamento do Observatório, realizados em abril e maio de 2015 na Baixada Santista e Litoral Norte, os atores que compareceram se dispuseram a compor as instâncias de participação com temáticas específicas que foram definidas coletivamente naquele momento.

A partir desse ponto, o Observatório estruturou-se em quatro instâncias de participação com diferentes frentes de atuação transversais, valorizando a interlocução com os atores sociais locais e regionais – órgãos municipais, estaduais e federais, movimentos sociais, entidades da sociedade civil com atuação no Litoral Norte e na Baixada Santista e grandes empreendedores que atuam na região – adotando a premissa de não se sobrepor às instâncias de participação já existentes, mas buscando complementá-las e fortalecê-las.



No Litoral Norte, estruturaram-se a **MESA DE DIÁLOGO SOBRE OS GRANDES EMPREENDIMENTOS** e a **CÂMARA TEMÁTICA DE TURISMO SUSTENTÁVEL**. Na Reunião Metropolitana da Baixada Santista, a **CÂMARA TEMÁTICA SOBRE OS GRANDES EMPREENDIMENTOS, SETOR IMOBILIÁRIO E TRANSFORMAÇÕES REGIONAIS** e a **CÂMARA TEMÁTICA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS**. Todas as instâncias criadas tiveram aprovação dos presentes em plenário nos eventos de lançamento do Observatório.

Adesões de diferentes órgãos públicos, governos municipais e organizações da sociedade civil aconteceram já nos eventos de lançamentos do Observatório, como a Secretaria Nacional do Patrimônio da União (SPU), a Fundação Florestal (FF), a Petrobras, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp).



Reunião da Câmara Temática de Grandes Empreendimentos com a participação de diversos atores sociais locais. FOTO Equipe Observatório

Participação ampliada e diversificada

As instâncias participativas do Observatório Litoral Sustentável tiveram ampla participação da sociedade civil, das universidades, gestores públicos da esfera municipal, estadual e federal. O processo de mobilização para congregar diferentes atores às instâncias participativas do Observatório foi constante. Antes do lançamento do projeto foram realizadas diversas reuniões com poder público municipal, estadual e federal, além de organizações da sociedade civil – tanto as que participaram ativamente do projeto Litoral Sustentável quanto às que tiveram menor participação, mas foram consideradas estratégicas. A mobilização seguiu ao longo do período de trabalho do Observatório, por meio de convites para apresentações em reuniões, capacitações e eventos.

Além de ONGs, participaram movimentos sociais, como o Fórum das Comunidades Tradicionais, a Coordenação Nacional Caiçara, colônias de pescadores de diferentes municípios do Litoral, movimentos de moradia, entidades ligadas ao turismo, gestores municipais, estaduais e federais.

Enquanto no Litoral Norte as instâncias de diálogo do Observatório têm forte presença das entidades ambientalistas e representantes dos povos e comunidades tradicionais, na Baixada Santista destacam-se os movimentos por moradia que também são impactados pelos grandes empreendimentos. O impacto do Porto de Santos, da expansão portuária e dos projetos viários e imobiliários a eles associados é muito grande na região da Baixada Santista, o que diminui a percepção do impacto dos grandes empreendimentos mais recentes, como os da cadeia produtiva de petróleo e gás.

EVENTOS PÚBLICOS

Entre maio de 2015 e agosto de 2016, foram realizados 49 encontros, entre capacitações e reuniões ordinárias e extraordinárias das instâncias participativas do Observatório, das quais participaram 1.494 pessoas.

PARCERIA COM AS UNIVERSIDADES

O Observatório estabeleceu uma relação muito positiva e parcerias com as universidades presentes na região, como a Universidade Católica de Santos (UniSantos), a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) na Baixada Santista, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a Universidade Federal do ABC (UFABC), além dos núcleos vinculados a outras instituições como o Centro de Biologia Marinha da Universidade de São Paulo (Cebimar/USP) e o Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais da Universidade de Campinas (Nepam/Unicamp).

O Observatório Litoral Sustentável e a UniSantos assinaram o Acordo de Cooperação Técnica e Científica, com o objetivo de desenvolver estudos para aprofundar os temas que já foram elaborados nos diagnósticos e nas agendas - realizadas durante o projeto Litoral Sustentável.

O Observatório e a Universidade Federal do ABC também assinaram um Termo de Cooperação Técnica Científica para atuação conjunta no território do Litoral Paulista. O termo prevê parceria em formações, oficinas de capacitação para a sociedade civil, pesquisas e extensão dentro da temática de planejamento territorial.



PARCERIA COM GESTORES PÚBLICOS

As instâncias participativas do Observatório contam também com participação e parcerias qualificadas de gestores públicos para realização de eventos e capacitações, principalmente da Fundação Florestal, representada por gestores de unidades de conservação, de suas gerências e de diretorias regionais. Por si mesmos importantes por sua missão de zelar pelo meio ambiente, esses atores sociais adquirem importância maior ainda numa região em que as áreas protegidas perfazem cerca de 65% do território, todas localizadas em áreas de impacto dos grandes empreendimentos.

As APAs Marinhas, que são unidades de conservação regionais de uso sustentável, também se fizeram presentes. O Litoral Paulista conta com a APA Marinha do Litoral Norte, que abrange os quatro municípios da sub-região, e as APAs Marinhas do Litoral Centro, em território da Baixada Santista. São unidades de conservação com conselhos gestores que reúnem representantes da sociedade civil, alguns muito atuantes, com representação das comunidades tradicionais e pescadores.

Outro parceiro estratégico nas instâncias de diálogo do Observatório é o Ibama, que é o órgão licenciador federal. Por meio de suas regionais, o Ibama participou intensamente dos processos de diálogo promovidos pelo Observatório na região.

O Observatório sempre considerou importante a participação dos municípios nas instâncias de diálogo, os quais se fizeram representar principalmente pelas secretarias de Meio Ambiente, às vezes as de Agricultura e Pesca e as de Turismo. Embora com uma participação mais tímida, os representantes do poder público municipal mostraram-se mais interessados nas oficinas de capacitação em diferentes temas promovidas pelo Observatório.

Tivemos também a participação do Ministério Público Federal e do Ministério Público Estadual representado pelo Grupo de Atuação Especial do Meio Ambiente (Gaema).

A relação de todas as entidades que participaram do Observatório segue no Anexo desta publicação.



Atividade de mapeamento de conflitos e potencialidades na CT Povos e Comunidades Tradicionais

Instâncias participativas

Câmara Temática de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais da Baixada Santista

A Câmara Temática de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais¹ da Baixada Santista surge para atender à demanda de parceiros do Observatório Litoral Sustentável, durante o evento de lançamento, em abril de 2015.

Seu foco principal foi: “Sensibilizar a sociedade civil e gestores públicos sobre os direitos dos povos e comunidades tradicionais, incluindo a população caiçara, especialmente no que se refere à proteção de seus modos de vida no interior das unidades de conservação” (Ação D do Eixo 2 da Agenda de Desenvolvimento Sustentável).

As outras ações abrangidas por essa CT foram: “Fortalecer e aprimorar a diversificação das atividades de turismo com foco principal no turismo de base comunitária” (Ação I do Eixo 1). As questões relacionadas à segurança alimentar que, nesse contexto, envolvem a pesca artesanal e a produção de pequenos agricultores, caiçaras e indígenas também foram incluídas: “Estimular a produção agroflorestal, pesca artesanal e outros usos diretos e indiretos nas unidades de conservação” (Ação C do Eixo 2 da Agenda).

Em julho de 2015, foi realizada a primeira reunião e, na ocasião, priorizadas as temáticas a serem trabalhadas: segurança alimentar e nutricional, conflitos territoriais e turismo de base comunitária.

1 Nomeada de acordo com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – decreto nº 6040/2007

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Em 2015, essa Câmara Temática focou suas atividades nas ações vinculadas à segurança alimentar e nutricional, com um cronograma de eventos a serem realizados. Em agosto aconteceu o Encontro sobre *aquisição de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar*, em parceria com a Prefeitura de Cubatão e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, com o objetivo de tirar dúvidas de servidores das prefeituras da Baixada Santista sobre a implementação adequada do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

Em dezembro de 2015, foi realizada a oficina de capacitação *Inclusão de produtos da agricultura familiar e da pesca artesanal nas compras públicas*, na qual se explicou a sistemática dos programas de compras públicas. A partir desse encontro, foi produzido um *Guia dos Fornecedores da Agricultura Familiar da Baixada Santista e do Vale do Ribeira*. Os objetivos incluem estimular as compras públicas dos agricultores familiares, fortalecer as atividades desses agricultores, potencializar a discussão e alavancar o debate sobre segurança alimentar na região.

Outra contribuição da equipe do Observatório foi a apresentação do estágio de implantação do Sistema de Segurança Alimentar (Sisan) nos nove municípios que compõem a Região Metropolitana em reunião do Conselho Regional de Segurança Alimentar e Nutricional da Baixada Santista, em junho de 2016.

Esse levantamento foi incluído no mapa temático de *Segurança Alimentar e Nutricional na Baixada Santista*, disponível no site do Observatório. O mapeamento abrange tanto os dados sobre as estruturas de participação social nas políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, quanto a implantação de equipamentos, programas e projetos em cada município. O conteúdo também deu origem à cartilha *Sistemas municipais de Segurança Alimentar e Nutricional – Estágio de implantação nos municípios da Baixada Santista*.



COMUNIDADES TRADICIONAIS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

A presença massiva de unidades de conservação no Litoral Paulista faz com que, muitas vezes, a discussão sobre povos e comunidades tradicionais se sobreponha à temática dos territórios protegidos. Para alguns interlocutores, os modos de vida e possibilidades de desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais são vistos como contraditórios à preservação ambiental.

Baseado nos objetivos da Agenda de Desenvolvimento Sustentável, a atuação dessa CT focou, também, nos direitos das comunidades tradicionais que vivem em territórios ambientalmente protegidos. A discussão foi potencializada pela iminência da elaboração do plano de manejo do Mosaico da Jureia-Itatins e na possibilidade de incidir positivamente no reconhecimento do direito à permanência e à preservação dos modos de vida das comunidades tradicionais que vivem nessa unidade de conservação.

ENCONTRO REGIONAL SOBRE DIREITOS DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

O evento, realizado em julho de 2016, teve como objetivo debater as dificuldades enfrentadas pelas comunidades que vivem em áreas protegidas, como a proibição de praticarem a pesca ou sua agricultura tradicional por estarem em locais de preservação. Além disso, buscou reunir elementos para fortalecer a participação das comunidades na elaboração dos planos de manejo dessas áreas.

Participaram moradores de comunidades tradicionais localizadas nas cidades de Peruíbe, Iguape, Cananeia e Ilhabela, gestores de parques, Fundação Florestal, da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, do Ministério Público Federal e da Fundação Nacional do Índio e acadêmicos, totalizando cerca de 80 pessoas. O evento foi sistematizado no Caderno Temático Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais em Territórios Protegidos.

O evento foi sistematizado no Caderno Temático Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais em Territórios Protegidos.

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

O turismo de base comunitária é uma das atividades que podem fortalecer a identidade e a cultura dos povos e comunidades tradicionais e gerar renda para essas comunidades ou para pessoas que possuem relação de pertencimento com os territórios que habitam. A relação de proximidade entre moradores e território, com seus usos e suas atividades, é um importante fator que gera interesse aos visitantes por revelar uma cultura e conhecimentos únicos. Alguns grupos, notadamente os indígenas em determinadas aldeias da Baixada Santista, já recebem visitas que são organizadas por empresas da região².

Coerente com a sua diretriz de fortalecer as instituições regionais que já funcionam no território, evitando a sobreposição de atividades, o Observatório passou a integrar o Fórum de Economia Solidária da Baixada Santista e seu grupo de Turismo de Base Comunitária, colaborando com essas instâncias de participação na promoção de debates, capacitações e de subsídios para a sociedade civil sobre o tema.

O Observatório Litoral Sustentável apoiou a realização do primeiro curso de Turismo de Base Comunitária, destinado às comunidades tradicionais, caiçaras e indígenas e gestores. Organizado pelo Fórum de Economia Solidária da Baixada Santista e UNESP/São Vicente, o curso contou também com apoio da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, a Funai, as prefeituras de Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Guarujá e Santos. Participaram das atividades representantes de comunidades indígenas, caiçaras, agricultores e gestores públicos. Ao todo 35 alunos realizaram o curso, que teve cinco aulas na Unesp e duas aulas em campo, na aldeia Tabaçu e na comunidade da Barra do Una, ambas em Peruíbe.

A aula inaugural do curso, realizada em 20 de maio de 2016 na Unesp São Vicente, teve como tema *A importância das universidades e prefeituras para o desenvolvimento da Economia Solidária* e contou com a participação do economista e professor Paul Singer; do prefeito de Ubatuba e vice-presidente de economia solidária da Frente Nacional de Prefeitos, Maurício Moromizato; do representante do Fórum Paulista de Economia Solidária, Noé Cazetta, e da coordenadora da Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp Assis, Ana Maria Rodrigues de Carvalho.

² Trecho extraído do texto de Newton José Rodrigues da Silva – coordenador do Fórum de Economia Solidária da Baixada Santista



Câmara Temática Turismo Sustentável do Litoral Norte

Durante a elaboração de diagnósticos municipais e regional e a construção das agendas com ações estratégicas para o desenvolvimento sustentável da região, o projeto Litoral Sustentável mapeou o turismo como um ponto importante para o Litoral Norte. Seja por seus impactos, seja pela vocação para inserção produtiva da região ou pela possibilidade de geração de renda para as comunidades tradicionais locais, o turismo sempre esteve presente nos debates e nas entrevistas junto ao poder público e à sociedade civil local.

A primeira reunião da Câmara Temática, em maio de 2015, foi sucedida por encontros mensais e rotativos entre os municípios do Litoral Norte. Em sua primeira fase, até o fim de 2015, foram estabelecidos os parceiros e elencadas as ações prioritárias e executáveis para cada um dos quatro municípios.



Atividade da CT de Turismo Sustentável para elencar os atrativos turísticos dos municípios do Litoral Norte.

ATUAÇÃO DA CÂMARA TEMÁTICA

No contexto do Litoral Norte, o turismo sustentável despontou como tema central para o desenvolvimento saudável da região. Embora o turismo de sol e praia gere um volume considerável de trabalho e renda, nem sempre consegue incluir a população local nas suas atividades e não valoriza o potencial turístico da diversidade ambiental e cultural do território.

O Turismo de Base Comunitária, por sua vez, um tipo de turismo ainda muito recente no Brasil e que apresenta grande potencial na região, tem se mostrado como fonte alternativa de renda para agricultores, pescadores, povos e comunidades tradicionais e extrativistas, grupos nem sempre contemplados pelo Turismo Sustentável.

Essas comunidades passaram a buscar novas possibilidades de sobrevivência, para além da subsistência tradicional, tendo o turismo de base comunitária como aliado na luta pela permanência em seus territórios e pela preservação de suas culturas. Além de integrar e valorizar o local, criando roteiros alternativos ao turismo “de massa”. Esse tipo de turismo inclui a população local, tanto como prestadora de serviço, quanto como organizadora do seu espaço e da sua cultura para receber o turismo.

O trabalho da Câmara Temática de Turismo Sustentável do Litoral Norte está embasado no seguinte princípio: “Fortalecer e aprimorar a diversificação das atividades de turismo com foco principal no turismo de base comunitária” (Ação I do Eixo 1 da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável).

Tendo um diagnóstico claro das ações necessárias para o desenvolvimento do turismo sustentável na região, iniciou-se a segunda fase do projeto (2015-2016), visando sua implementação.

A Câmara Temática Turismo Sustentável buscou aproximar representantes do poder público, empresários, comunitários, membros de conselhos municipais de turismo, das câmaras técnicas de turismo das unidades de conservação e gestores dessas unidades.

Ao longo de 2016, a Câmara se efetivou por meio de encontros mensais e rotativos entre os municípios do Litoral Norte estabelecendo uma divisão de trabalho em dois grupos: Turismo Sustentável, voltado para a elaboração de projetos visando ações de formação de monitores ambientais em âmbito municipal, com apoio das secretarias de Turismo dos municípios e de entidades da sociedade civil, e Turismo de Base Comunitária, que começa a trabalhar com comunidades tradicionais em parceria com o Fórum de Comunidades Tradicionais, entendendo que o turismo como um dos caminhos para o seu fortalecimento e não uma atividade-fim.



BALANÇO POSITIVO

Os participantes avaliam que a existência desse espaço de discussão plural possibilitou o reconhecimento das necessidades comuns aos diversos atores envolvidos no setor turístico, bem como promoveu uma aproximação entre representantes de diversas frentes desse setor.

Avaliam também que a Câmara alcançou uma de suas principais metas, a de tornar mais visível o turismo ambiental e comunitário realizado hoje. O trabalho do último ano possibilitou a identificação das frentes de atuação do turismo, construiu conjuntamente novos pontos, deu força para ações que já estavam sendo feitas e não tinham visibilidade e reconheceu pontos que não eram vistos como atrativos, mas que se mostraram interessantes para serem trabalhados por esse tipo de turismo.

MAPA DO TURISMO SUSTENTÁVEL

A Câmara Temática de Turismo Sustentável elaborou de forma colaborativa um mapa interativo que reuniu, em seu lançamento, 87 atrativos turísticos nos quatro municípios do Litoral Norte. Os pontos turísticos foram levantados durante as reuniões da Câmara Temática e categorizados de acordo com o Sistema de Inventariação Turística (INVTUR) do Ministério do Turismo.

A proposta do mapa é que ele seja alimentado colaborativamente, bastando o agente turístico envolvido enviar para o Observatório formulário com as informações do atrativo turístico para que esse seja incluído no mapa.

A necessidade desse tipo de material já existia e era percebida pelos atores sociais locais, mas as reuniões da Câmara tornaram essa demanda mais visível como um gargalo regional. Assim, o mapa criado contribuiu para a visualização dos pontos turísticos do Litoral Norte em um só lugar e de fácil acesso, o que contribuiu para superar outro entrave para a expansão do setor, que é a ampla divulgação dessas informações.

Como resultados indiretos, a Câmara contribuiu para o fortalecimento do uso público das unidades de conservação para atividades relacionadas ao turismo. Isso ocorreu por conta da maior visibilidade das atividades que já vinham sendo oferecidas por esses espaços e ao contribuir para a resolução de entraves à sua ampliação.

TURISMO SUSTENTÁVEL X TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Reconhecido pelo Ministério do Turismo apenas em 2008, o conceito de turismo de base comunitária (TBC) e suas formas de organização ainda são muito novos no País e estão em construção, tendo esse contexto se refletido dentro da Câmara Temática de Turismo Sustentável. Embora a Câmara seja continuidade do Comitê de Promoção do Diálogo para a Sustentabilidade do Litoral Norte do Estado de São Paulo – Comdial (2008/2012), mais focado no turismo sustentável, a rearticulação do diálogo com o Observatório Litoral Sustentável, além do turismo sustentável assume também o apoio ao desenvolvimento das atividades ligadas ao TBC.

Assim, desde o início dos encontros, as lideranças do Fórum de Comunidades Tradicionais, organização representativa das comunidades quilombolas, caiçaras e indígenas no município de Ubatuba, Angra dos Reis e Paraty, foram convidadas a integrar a Câmara. A aproximação, no entanto, requereu mudanças na abordagem do trabalho planejado.

Para o parceiro Fórum de Comunidades Tradicionais, o turismo é um instrumento de luta pelo território, funcionando assim numa ordem simbólica e econômica diferente da do turismo sustentável. Entendendo a necessidade de dar uma atenção especial ao tema, o Observatório então dividiu a atuação da CTTS em duas frentes: uma de fortalecimento da área ambiental (turismo sustentável) e outra focada nas comunidades tradicionais (TBC).

O trabalho de articulação realizado pelo Observatório contribuiu para a ampliação da rede do Fórum de Comunidades Tradicionais, aproximando, por exemplo, o grupo dos comunitários de Montão de Trigo (São Sebastião) durante uma atividade de troca de experiências realizada em parceria.



Instâncias de diálogo sobre os grandes empreendimentos

Por meio de suas instâncias de diálogo – a Mesa de Diálogo do Litoral Norte e a Câmara Temática da Baixada Santista, o Observatório visa fortalecer o diálogo entre a sociedade civil, os gestores públicos e os representantes dos grandes empreendimentos de infraestrutura logística e energética em curso no Litoral Paulista, os maiores do País, e principal fator de transformação do território na atualidade.

O Litoral Paulista é um grande e rico mosaico de biodiversidade. Abriga a principal reserva da Mata Atlântica do mundo, um patrimônio ambiental importantíssimo a ser conservado, uma sociodiversidade ímpar, com a presença de povos e comunidades tradicionais – indígenas, quilombolas e caiçaras – que vivem há séculos na região e lutam para preservar seus modos de vida, um dos fatores da conservação ambiental.



Reunião da Câmara Temática
Grandes Empreendimentos da
Baixada Santista
(Foto Bianca Pyl/Observatório)



O Observatório fortaleceu os canais de diálogo entre essas comunidades, a sociedade civil organizada, os gestores de órgãos locais, regionais e federais, incluindo os órgãos licenciadores, e os empreendedores responsáveis pelos empreendimentos que impactam o território.

Por meio de suas instâncias de diálogo, mantém atividades de organização e difusão de informação, capacitação em diferentes temas e de monitoramento social das condicionantes dos grandes empreendimentos à sociedade.

O processo de licenciamento desses grandes empreendimentos tende a ter uma abordagem mais ambiental e menos apurada do ponto de vista socioeconômico. Com a experiência do Instituto Pólis e do projeto Litoral Sustentável, as mesas de diálogo do Observatório buscam desenvolver uma abordagem socioambiental, que contribua para uma perspectiva mais inclusiva e participativa do processo de licenciamento ambiental.

A composição das mesas de diálogo já reflete essa tendência. A representação da sociedade civil inclui ONGs ambientalistas, movimentos sociais, como os de moradia na Baixada Santista, ou o Fórum de Comunidades Tradicionais no Litoral Norte, que representam comunidades diretamente afetadas pelos empreendimentos, além de representantes do Ibama, da Fundação Florestal, do ICMBio, da Companhia Docas, Transpetro e Petrobras.

O Sistema Nacional de Meio Ambiente e o Sistema Nacional das Unidades de Conservação mantêm conselhos abertos à participação da sociedade civil em todos os seus níveis. No entanto, a tomada de decisão no processo de licenciamento não garante a participação da sociedade civil. Nas unidades de conservação do Litoral Paulista temos conselhos estruturados, ativos, mas que pouco participam das decisões.

As instâncias de diálogo do Observatório contribuíram para fortalecer os conselhos gestores das unidades de conservação em sua participação nas tomadas de decisão dos processos de licenciamentos dos grandes empreendimentos.

DO COMDIAL À MESA DE DIÁLOGO DO LITORAL NORTE

A Mesa de Diálogo sobre os Grandes Empreendimentos do Litoral Norte tem seu gérmen na atuação engajada de gestores públicos e entidades da sociedade civil do Litoral Norte em torno da implantação de grandes empreendimentos na região. Esses atores regionais e locais se mobilizaram e atuaram em instâncias de diálogo e participação como o Grupo Integração no âmbito do Comitê de Bacias Hidrográficas, do Litoral Norte (CBH/LN), o Comitê de Diálogo RealNorte e o Grupo de Trabalho sobre Licenciamento do Conselho Gestor da APA Marinha do Litoral Norte (APAMLN).

A partir de 2007, o Grupo Integração do CBH/LN reuniu diversas instituições públicas e ONGs ambientalistas preocupadas com os impactos das intervenções iniciadas e planejadas para o Litoral Norte. Após o licenciamento ambiental da Plataforma de Mexilhão pela Petrobras, a preocupação com os impactos cumulativos e com o acesso às informações dos grandes empreendimentos e o respectivo planejamento governamental para a região é colocada em pauta.

O Comitê de Promoção do Diálogo para a Sustentabilidade do Litoral Norte do Estado de São Paulo (Comdial) é fruto de Convênio entre um grupo de ONGs ambientalistas da região reunidas pela RealNorte, a Unisantos e a Petrobras (2008/2012). A Plataforma Sustentabilidade foi um dos resultados deste trabalho, subsídio pioneiro para a avaliação de impactos cumulativos na região.

O GT Licenciamento do Conselho Gestor da APAMLN foi criado no momento do licenciamento da ampliação do Porto de São Sebastião, em 2011, com o objetivo de definir procedimentos e critérios de análise dos processos de licenciamento de obras ou atividades potencialmente causadoras de impacto nesta UC, bem como produzir as manifestações técnicas da UC participativamente. Nesse fórum regional foram construídas de forma compartilhada as manifestações técnicas da UC para a implantação da Etapa 1 e 2 do Pré-Sal da Petrobras com a definição de condicionantes como Diagnóstico do Turismo Náutico e Monitoramento de Espécies Exóticas. As reflexões realizadas no âmbito deste GT e do CG também contribuíram para a construção de relevantes condicionantes ambientais de monitoramento, como o Monitoramento das Rotas de Embarcações, a Caracterização Socioeconômica da Pesca e Aquicultura e o Monitoramento da Atividade Pesqueira, estabelecidas pelo Ibama.

PARTICIPAÇÃO AMPLIADA E DIVERSIFICADA

A Mesa de Diálogo do Litoral Norte, uma instância do Observatório Litoral Sustentável na região, representa o amadurecimento dessas experiências, com a ampliação da participação da sociedade civil. O Instituto Pólis desenvolveu uma proposta de uma instância de governança inspirada na Política Nacional de Participação Social (Decreto 8243/2014), tendo como alvo a prevenção de conflitos socioterritoriais decorrentes dos grandes empreendimentos. A ideia era prevenir conflitos ampliando o diálogo entre os todos os atores envolvidos nos processos dos grandes empreendimentos. Além de ONGs, participam movimentos sociais, principalmente das comunidades diretamente afetadas, como o Fórum de Comunidades Tradicionais, a Coordenação Nacional Caiçara e movimentos e associações de moradores.

REFERÊNCIAS E DIFERENCIAIS DO OBSERVATÓRIO

Os diferenciais da experiência do Observatório são a abordagem socioambiental, com ênfase nos aspectos sociais e econômicos, e o diálogo direto da sociedade civil, dos gestores públicos e dos grandes empreendimentos. Para algumas empresas, como a Petrobras, que tem uma política de responsabilidade social e territorial relevante, o diálogo já é uma tradição. Para outras, é uma obrigação assumida como condicionante do processo de licenciamento ambiental.



PARCEIROS E ATORES SOCIAIS DO DIÁLOGO

O Observatório fortaleceu e ajudou a desenvolver canais de debate entre as comunidades, a sociedade civil, os gestores de órgãos licenciadores e de órgãos locais, regionais e nacionais e os empreendedores responsáveis pelos empreendimentos que impactam o território. A Petrobras foi parceira nesse desafio, numa área extremamente estratégica do ponto de vista geopolítico, a Bacia de Santos, o foco do pré-sal.

A parceria com a Petrobras contribui para fortalecer a sociedade civil e articular o diálogo com a gestão pública. Outros empreendedores também participam das mesas de diálogo, como a Companhia Docas, responsável pelo projeto de ampliação do Porto de São Sebastião, e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), responsável pela ampliação e melhoria da Rodovia Rio-Santos (BR-101), com a Transpetro, responsável pelos dutos de petróleo. Na Baixada Santista, além desses parceiros, o Observatório mantém o diálogo com a Emraport, um grande empreendedor portuário.

Um dos desafios para a continuidade e aprofundamento do diálogo na região é conseguir a participação de outros empreendedores que partilham responsabilidades sobre grandes empreendimentos.



Contribuições do Observatório

O Observatório, por meio de suas instâncias de diálogo, mantém atividades de organização e difusão de informação, de capacitação em diferentes temas e de monitoramento social das condicionantes do processo de licenciamento ambiental dos grandes empreendimentos à sociedade. Os diferenciais da experiência do Observatório são a abordagem socioambiental, com ênfase nos aspectos sociais e econômicos, e o diálogo direto entre a sociedade civil, os gestores públicos e os grandes empreendedores. Essas práticas apresentaram contribuições específicas em diversos níveis.

MODELO DE GOVERNANÇA

As mesas de diálogos são um modelo inédito de governança que pode ser replicado em outros lugares. É uma instância que reúne diversos atores sociais no território ligados à temática de grandes empreendimentos – sociedade civil, grandes empreendedores, poder público local, estadual e federal –, os que afetam e os que são afetados. O Observatório proporcionou o acesso de representantes das comunidades tradicionais a instâncias em que possam se fazer ouvir pelos grandes empreendedores, órgãos municipais, federais e estaduais, assim como, órgãos licenciadores em busca de formas de prevenir conflitos.

IMPACTOS CUMULATIVOS

Os impactos cumulativos foram tratados no âmbito das instâncias de diálogo do Observatório. Duas reuniões sobre o Projeto de Avaliação de Impacto Cumulativo, uma condicionante da Petrobras, foram realizadas em 2016.

As instâncias de diálogo sistematizaram essas informações e a equipe do Observatório reuniu todos os grandes empreendimentos em um mapa interativo com as cadeias produtivas, a expansão das vias de mobilidade e logística – viária, ferroviária e aeroportuária. O mapa está disponível no site do Observatório.

No Litoral Norte, já havia uma mobilização para avaliar os impactos cumulativos dos grandes empreendimentos. Isso ficou claro nas discussões em torno da expansão do Porto de São Sebastião, suspensa pela Justiça justamente para que seja realizada uma avaliação de seus impactos cumulativos. Já havia sido desenvolvido um estudo e produzida a plataforma de sustentabilidade do Litoral Norte, que tratavam da relação entre duplicação da Rodovia dos Tamoios com a ampliação portuária, que, por sua vez, é responsável pelo maior fluxo de embarcações relacionadas à indústria de petróleo e gás.



DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES E CAPACITAÇÃO

As instâncias de diálogo do Observatório organizavam-se em frentes de atuação. A primeira delas, de **informação e comunicação**, com a função de acessar informações e conteúdos, traduzi-los, sistematiza-los. Neste processo se trabalhou sobre conteúdos dos EIA/Rima ou de Condicionantes, se elaborou mapas, se criou bancos de dados, sempre de forma a traduzir a informação de maneira mais acessível à população.

A frente de **capacitação** tem a função de levar esses conteúdos aos conselhos, às comunidades e aos gestores públicos, para que as pessoas possam se apropriar das informações, muitas vezes inacessíveis, dispersas ou disponível em linguagem técnica inacessível. Uma das grandes contribuições do Observatório foi traduzir para os gestores e para a sociedade em geral o conjunto de informações associadas ao processo de licenciamento ambiental. O objetivo era preparar a sociedade civil para participar desse processo. Com as informações, os integrantes dos conselhos das unidades de conservação afetadas por grandes empreendimentos, por exemplo, estão mais preparados para exigir condições para o licenciamento do empreendimento e, depois, para fiscalizar o seu cumprimento, além de lutar para que os recursos das compensações ambientais sejam destinados à unidades de conversações afetadas na região.

As duas frentes de atuação, informação e capacitação, abrem a possibilidade de **monitoramento social**, que é outra frente muito importante do Observatório. O acesso à informação permite à sociedade civil e aos gestores públicos entenderem as decisões e monitorar a implementação das diversas contrapartidas previstas no licenciamento ambiental dos grandes empreendimentos.

Essa prática levou à adesão formal de membros do poder público, de empreendedores e da sociedade civil às instâncias de diálogo sobre os grandes empreendimentos do Observatório. São 31 membros no Litoral Norte e cerca de 20 na Baixada Santista.

O DIÁLOGO E O MONITORAMENTO

As instâncias de diálogo do Observatório se construíram como um novo tipo de espaço de participação social e de governança para a discussão do pós-licenciamento dos grandes empreendimentos em curso na região. Essas instâncias se debruçaram sobre as obrigações determinadas aos empreendedores no processo de licenciamento. Essas obrigações podem ser: as compensações ambientais, as condicionantes.

As compensações ambientais são recursos destinados em dinheiro ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). O valor da compensação é associado ao valor do investimento realizado pelos empreendedores – quanto maior o investimento, maior a compensação ambiental paga às unidades de conservação.

As condicionantes são o conjunto de condições que os empreendedores têm de cumprir em cada etapa do licenciamento ambiental.

Os royalties são pagamentos feitos pelos empreendimentos de exploração do petróleo e gás aos entes federativos – União, estados e municípios – como compensação financeira pela exploração de recursos naturais, como petróleo e gás. É um percentual do valor de mercado do petróleo ou do gás extraído.

Essas contrapartidas podem ser traduzidas em recursos para a região. Com suas instâncias de participação social de caráter regional, o Observatório procura monitorar esse tipo de recurso dos grandes empreendimentos, que deveria ser aplicado de acordo com os interesses locais e regionais, com prioridade para as áreas e comunidades afetadas.



LUTAS PELA APLICAÇÃO DOS RECURSOS NA REGIÃO

Também é expressivo o resultado dos trabalhos realizados sobre a compensação ambiental devida pelos grandes empreendimentos às unidades de conservação, realizados em parceria com a Fundação Florestal e conselhos de unidades de conservação no sentido de desvelar o processo decisório sobre as compensações e a destinação dos recursos. É significativo o resultado da parceria entre a Mesa de Diálogo sobre os Grandes Empreendimentos e os conselhos das unidades de conservação, o Conselhão, do Litoral Norte, com a presença da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, que mapeou a distribuição das compensações ambientais devidas à região e percebeu problemas nos critérios de distribuição desses recursos.

Bom exemplo deste processo é o debate relativo à destinação da compensação ambiental do Campo de Mexilhão – a plataforma de gás da Petrobras no Litoral Norte. A Câmara Estadual tinha a proposta de direcionar uma parcela dos R\$ 7 milhões, que o Comitê Federal havia destinado à APA Marinha do Litoral Norte, para criar uma unidade de conservação de proteção integral em outra região do estado de São Paulo. Com a pressão dos conselheiros, a Câmara Estadual fez uma nova proposta da distribuição dos R\$ 7 milhões: R\$ 4 milhões para a APA Marinha, R\$ 1 milhão ao Parque Estadual da Serra do Mar, R\$ 1 milhão para a UC Parque Estadual Ilha Anchieta e R\$ 1 milhão para UC Parque Estadual Ilhabela. Ou seja, a distribuição dos recursos da compensação ambiental de Mexilhão passou a priorizar a região afetada, as UCs do Litoral Norte. São resultados como esse que mostram a importância da participação social nas decisões e do controle social sobre o dinheiro público.

COMUNIDADES TRADICIONAIS

No Brasil, o licenciamento ambiental é um instrumento muito importante para que os empreendimentos sejam viabilizados, garantindo-se a conservação ambiental e os interesses das comunidades tradicionais.

No entanto, a experiência do Observatório registra que os estudos de impacto ambiental dos grandes empreendimentos nem sempre fazem o diagnóstico da realidade social de forma adequada. As comunidades tradicionais e seus modos de vida muitas vezes são superficialmente mapeados. Com isso, fica comprometida a avaliação de impactos dos grandes empreendimentos sobre elas.

Apesar dos avanços obtidos, coisas muito importantes ainda precisam ser conquistadas, como garantir que as condicionantes do licenciamento ambiental sejam cumpridas, em especial as medidas mitigadoras e compensatórias para os territórios dos povos e comunidades tradicionais. Ou seja, atualmente já existem algumas etapas e condicionantes do licenciamento ambiental que não atendem de maneira adequada os interesses das comunidades e do meio ambiente local.

Ao mesmo tempo, o Observatório mapeou experiências interessantes de projetos e programas de mitigação focados em grupos diretamente afetados, como os de pescadores.



BANCO DE CONDICIONANTES

A sistematização e o monitoramento das condicionantes que vêm sendo feitos pelas instâncias de diálogo do Observatório permitem identificar aquelas que são muito relevantes para as comunidades, bem como outras que não têm efetividade na vida das pessoas diretamente afetadas.

As condicionantes foram reunidas em um banco de dados que estará disponível no site do Observatório. O banco conta com mais de 7.000 condicionantes levantadas e traduzidas para a sociedade, organizadas em uma plataforma amigável que permite a qualquer cidadão pesquisar todas as condicionantes dos empreendimentos da cadeia de petróleo e gás e cadeia logística do Litoral Norte e Baixada Santista.

A análise deste banco de dados permite avaliar que existem condicionantes voltadas para o desenvolvimento de atividades com potencial de geração de renda para as comunidades afetadas. Exemplo: pescadores artesanais que em função de um empreendimento perderam suas condições de trabalho e que poderiam se beneficiar de um projeto de turismo de base comunitária construído de forma participativa com a comunidade afetada.

O trabalho do Observatório de reunir e sistematizar informações sobre condicionantes objetiva justamente criar instrumentos para que a sociedade possa monitorar as que já foram definidas, discutir sua efetividade e possibilidade de melhoria, além de cobrar as que não saíram do papel.

A sociedade tem tanto o papel do monitoramento sobre o que está previsto como o de se apropriar e acompanhar o cumprimento adequado das condicionantes, além de discutir melhores opções para projetos e futuras condicionantes. O papel de fiscalizador cabe aos órgãos ambientais, mas a sociedade pode fazer um monitoramento social para discutir avanços e o enfrentamento dos desafios colocados.

ATUAÇÃO NA ILHA DIANA

As comunidades pesqueiras são muito vulneráveis aos impactos dos grandes empreendimentos. Um exemplo é o caso da Ilha Diana, em Santos, onde a comunidade caiçara perdeu sua principal área de pesca, que foi aterrada em consequência de empreendimentos portuários. Quem pescava ali teve de ir pescar mais longe. Os rendimentos reduziram-se e os moradores precisaram complementar a renda de outras formas. Nesse local, o projeto de desenvolver o turismo de base comunitária, que era uma condicionante, vem avançando, no entanto a comunidade relata que o projeto ainda não garante a renda que a pesca garantia.

O Observatório Litoral Sustentável, em parceria com a UniSantos e Unifesp e com o apoio da Consultoria Conecta, desenvolveu um estudo sobre todas as condicionantes existentes referentes àquela comunidade, promoveu um conjunto de capacitações para a comunidade sobre o processo de licenciamento ambiental e realizou oficinas participativas sobre as condicionantes que afetam a comunidade. Nesta mesma ação foram capacitadas as comunidades de São Manuel e da Alemoa, também impactadas pelo Porto de Santos.

Como desdobramento dessas atividades, a equipe do Observatório iniciou uma articulação de atores para desenvolver o processo de regularização fundiária da comunidade, da qual participam a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), a Prefeitura Municipal de Santos e as universidades Unisantos e Unifesp.

IMPORTÂNCIA DO CONTROLE SOCIAL

As instâncias de diálogo do Observatório procuram acompanhar todas as etapas dos processos de licenciamento ambiental – antes, durante e o pós-licenciamento. A participação social deveria ser obrigatória em todas essas fases. O debate deveria começar desde o termo de referência do Ibama, que dá início ao processo de licenciamento, até a renovação de uma licença já concedida.

Macaé, na Bacia de Campos, após 60 anos de exploração de petróleo, viu crescer a pobreza, a exclusão social e a violência. Essa experiência indica que, quanto maior o controle do processo de licenciamento ambiental, maiores as chances de as comunidades do Litoral Paulista não viverem consequências como essas, mas conservarem e melhorarem sua qualidade de vida. A participação das comunidades diretamente afetadas



no monitoramento dos empreendimentos é uma forma interessante de se tentar mitigar impactos negativos. Mas os órgãos públicos não dão conta dessa tarefa, principalmente no quadro de precarização que vêm enfrentando.

Instâncias como as mesas de diálogo têm de ser mantidas por todos os empreendedores e poder público. Todos saem ganhando – o órgão licenciador, o empreendedor e as comunidades afetadas. É importante que a sociedade conte com mecanismos mais eficientes de compensação e mitigação com participação, com democratização da tomada de decisão.

RELATÓRIO DE RECOMENDAÇÕES PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Um dos maiores legados das instâncias de diálogo sobre os grandes empreendimentos do Observatório é o Relatório de Recomendações sobre o Licenciamento Ambiental. Durante estes dois anos de diálogo sobre os grandes empreendimentos e sobre o processo de licenciamento ambiental, foi desenvolvido coletivamente um relatório que traz recomendações dos atores dessas instâncias para o aprimoramento do licenciamento ambiental. O relatório apresenta recomendações para diferentes situações: para melhoria da transparência e da participação social no processo de licenciamento, do pré-licenciamento ao pós licenciamento; para a melhoria do processo de determinação das medidas mitigadoras e compensatórias para que dialoguem mais com as dinâmicas territoriais e os impactos previstos; para o aprimoramento do processo decisório sobre a destinação dos recursos das compensações ambientais, além de um capítulo sobre a necessidade do controle social sobre o uso dos recursos de royalties.

OBSERVATÓRIO DOS ROYALTIES

Um dos desdobramentos das mesas de diálogo é a proposta de constituição do Observatório dos Royalties no Litoral Norte e na Baixada Santista. Seu objetivo é ampliar a transparência das informações, acompanhar a aplicação e possibilitar o controle social sobre os recursos gerados pelas participações governamentais na exploração e produção do petróleo e gás na região.

Produção e difusão de conhecimentos

Entre 2015 e 2016, as instâncias de diálogo do Observatório Litoral Sustentável se debruçaram sobre as diferentes questões relacionadas aos seus temas, como licenciamento ambiental e suas condicionantes, royalties do petróleo e gás, regularização fundiária, direitos dos povos e comunidades tradicionais, turismo sustentável e turismo de base comunitária, pesca, segurança alimentar e nutricional e resíduos sólidos, entre outros temas. Essa reflexão coletiva foi realizada por meio de oficinas de discussão, capacitações e pesquisas e resultou em diferentes publicações impressas ou eletrônicas.

CAPACITAÇÕES

Câmaras Temáticas (CTs) do Observatório Litoral Sustentável e da Mesa do Diálogo do Litoral Norte realizaram 13 oficinas de capacitações ao longo de dezoito meses de projeto. Essas capacitações, com temas diversos, foram realizadas de acordo com os planos de trabalhos definidos coletivamente nas instâncias de participação.



Capacitação sobre programas de compras públicas realizada em Itanhaém

Mesa do Diálogo sobre Grandes Empreendimentos do Litoral Norte

Oficina Temática sobre Turismo de Base Comunitária e Turismo Sustentável em conjunto com a Câmara Temática de Turismo Sustentável;

Oficina de apoio à elaboração de planos de trabalho para aplicação de recursos das compensações ambientais em parceria com a Fundação Florestal;

Oficina de Capacitação sobre os estudos oriundos das condicionantes ambientais dos grandes empreendimentos;

Oficina de Capacitação Gestão da Orla e Regularização Fundiária de Imóveis da União.

Câmara Temática de Turismo Sustentável do Litoral Norte

Partilha de Turismo de Base Comunitária no Encontro da Coordenação Nacional Caiçara e Oficina de Turismo de Base Comunitária.

CT Grandes Empreendimentos da Baixada Santista, Setor Imobiliário e Transformações Regionais da Baixada Santista

Oficina de Capacitação na Ilha Diana sobre condicionantes ambientais;

Oficina Mapeamento das compensações ambientais às Unidades de Conservação da Baixada Santista;

Oficina Habitação de Interesse Social e Plano Diretor;

Oficina sobre os Programas Ambientais e do Programa de Educação Ambiental (PEA) da Embraport na Ilha Diana;

Oficina Gestão da Orla e Regularização Fundiária de Imóveis da União.

Câmara Temática de Desenvolvimento Sustentável e Povos e Comunidades Tradicionais

Encontro Regional sobre Direito de Povos e Comunidades Tradicionais em Espaços Territoriais Especialmente Protegidos;

Oficina de Capacitação Inclusão de produtos da Agricultura Familiar e da Pesca Artesanal nas Compras Públicas em Cubatão e Itanhaém;

Apoio na realização do Curso de Capacitação em Turismo de Base Comunitária, promovido pelo Fórum de Economia Solidária da Baixada Santista.

Comunicação: a voz ativa do Observatório

A comunicação tem papel central no processo democrático por permitir conhecer os problemas vividos pelos atores sociais e também fortalecer a busca por alternativas. No processo de mobilização social, mais do que sensibilizar as pessoas para a importância do planejamento urbano e a busca pela efetivação das políticas públicas, o Observatório trabalhou para mostrar que todos podem e devem contribuir com a implementação das Agendas Regional e Municipais de Desenvolvimento Sustentável, em busca de um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

O Observatório adotou como estratégia integrar as equipes de Comunicação e de Participação, dada a complementaridade de suas ações. E, por seu caráter transversal e de integração, a Comunicação participou das ações de todas as coordenadorias técnicas do Observatório.

Por meio da produção e divulgação de diferentes conteúdos, a Comunicação do Observatório buscou sensibilizar grandes empreendedores e atores sociais estratégicos para a promoção da transparência e buscar informações, a fim de facilitar a comunicação integrada e o diálogo com a população. Além disso, sistematizou e divulgou informações relevantes para o desenvolvimento local e regional com objetivo de promover a capacitação e o empoderamento dos atores sociais locais.



SITE DO OBSERVATÓRIO

OBSERVATÓRIO
LITORAL SUSTENTÁVEL

DESTAQUES

Banco de dados das licenças dos grandes empreendimentos do Litoral Norte

TEMAS DO OBSERVATÓRIO

agricultura familiar alimentação escolar Baixada Santista boas práticas
compensação ambiental comunidades
condicionantes ambientais Cubata econômica
educação ambiental geração de renda grandes empreendimentos horta urbana impactos cumulativos impactos grandes obras Indígenas licenciamento ambiental litoral norte mapa interativo mapeamento mesa de diálogo monitoramento Novo Tambores parceria participação pesca sustentável petróleo PNAE Povos e comunidades tradicionais povos tradicionais privatização UKCs proteção ambiental regularização fundiária resíduos sólidos royalties SAN segurança alimentar e nutricional turismo de base comunitária turismo sustentável unidade de conservação unidades de conservação universidade

Para viabilizar estes objetivos, a Comunicação lançou diferentes produtos no site **OBSERVATÓRIO LITORAL SUSTENTÁVEL** – www.litoralsustentavel.org.br, principal ferramenta do projeto. O site foi reformulado, mas manteve os conteúdos do projeto Litoral Sustentável por entender que é fundamental preservá-los.

Além da inclusão da nova identidade visual do projeto, o site sofreu alterações para se tornar mais moderno e acessível, principalmente, por conta da quantidade grande de conteúdos que são inseridos regularmente. A rotina do site foi de constante atualização com matérias, reportagens, release, vídeos, apresentações, tabelas, fotos e publicações, entre outros, para subsidiar o trabalho realizado pelo Observatório.

O número de usuários únicos que acessaram ao site desde maio de 2015, quando o Observatório realizou os eventos de lançamento, até agosto de 2016 foi de 32.419, com 100.450 visualizações de páginas. Chama a atenção o tempo médio de duração em cada sessão: 2:26, um tempo considerado acima da média.

REDES SOCIAIS

Os perfis do Projeto Litoral Sustentável no **FACEBOOK** (www.facebook.com/LitoralSustentavel) e **TWITTER** (@litoralsustent) contam, também foram amplamente acessados. Além disso, o canal no **YOUTUBE** (www.youtube.com/litoralsustentavel) teve 9.446 visualizações.

Esses canais cumpriram o papel de replicar e também de propor debates em tempo real. Os perfis ainda se destacaram como canais de mobilização para a participação de diversos atores sociais nos eventos presenciais do Observatório ou mesmo na participação virtual via site do Observatório.

As ferramentas se consolidaram como disseminadoras de conteúdos, aumentando o alcance do projeto.

IMPrensa

Um reconhecimento do papel de destaque desempenhado pelo Observatório foi o convite para produzir **ARTIGOS SEMANAIS PARA O JORNAL DIÁRIO DO LITORAL**, trazendo os temas tratados pelo projeto de forma sucinta e didática para a população em geral. A coluna estreou em agosto de 2016.

A imprensa local e nacional noticiou as ações do Observatório, como as discussões tratadas nas reuniões nos lançamentos dos produtos. Ao todo, foram 505 menções na imprensa, com 241 na Internet, 19 em jornais impressos, sendo cinco com destaque na capa, e quatro em rádios. Os assuntos que a imprensa mais demonstrou interesse foram: déficit habitacional, royalties, impactos cumulativos, agricultura familiar e mapa de turismo sustentável.



Produtos editoriais

MAPEAMENTOS INTERATIVOS

MAPA DOS GRANDES EMPREENDIMENTOS



Esse mapeamento, inédito na região, é resultado do trabalho de sistematização que as instâncias de diálogo sobre os grandes empreendimentos vem realizando na região desde o segundo semestre de 2015. De Peruíbe a Ubatuba foram identificados e mapeados 41 grandes empreendimentos no Litoral Paulista que impactam a vida de milhões de pessoas: são 13 intervenções no setor de logística, 15 em mobilidade, quatro na área imobiliária, cinco em petróleo e gás e mais quatro de outros setores.

NA BAIXADA SANTISTA, Santos é a cidade que concentra o maior número de grandes empreendimentos, 15 no total. Em segundo lugar vem Praia Grande, que soma sete, seguida por Cubatão e Guarujá, ambas com quatro. São Vicente possui três, Bertioga, dois e Itanhaém, um. Em Mongaguá e Peruíbe não existe nenhuma intervenção de grande impacto. No entanto, todos esses municípios estão na área de influência dos empreendimentos mapeados.

NO LITORAL NORTE, são dez grandes empreendimentos mapeados – cinco em Caraguatatuba, três em São Sebastião, dois em Ubatuba e nenhum em Ilhabela. Assim como na Baixada Santista, todos os municípios estão na área de influência e impacto dos empreendimentos. O levantamento considera a localização do empreendimento, que pode atravessar mais de um município.

MAPA DE TURISMO SUSTENTÁVEL NO LITORAL NORTE



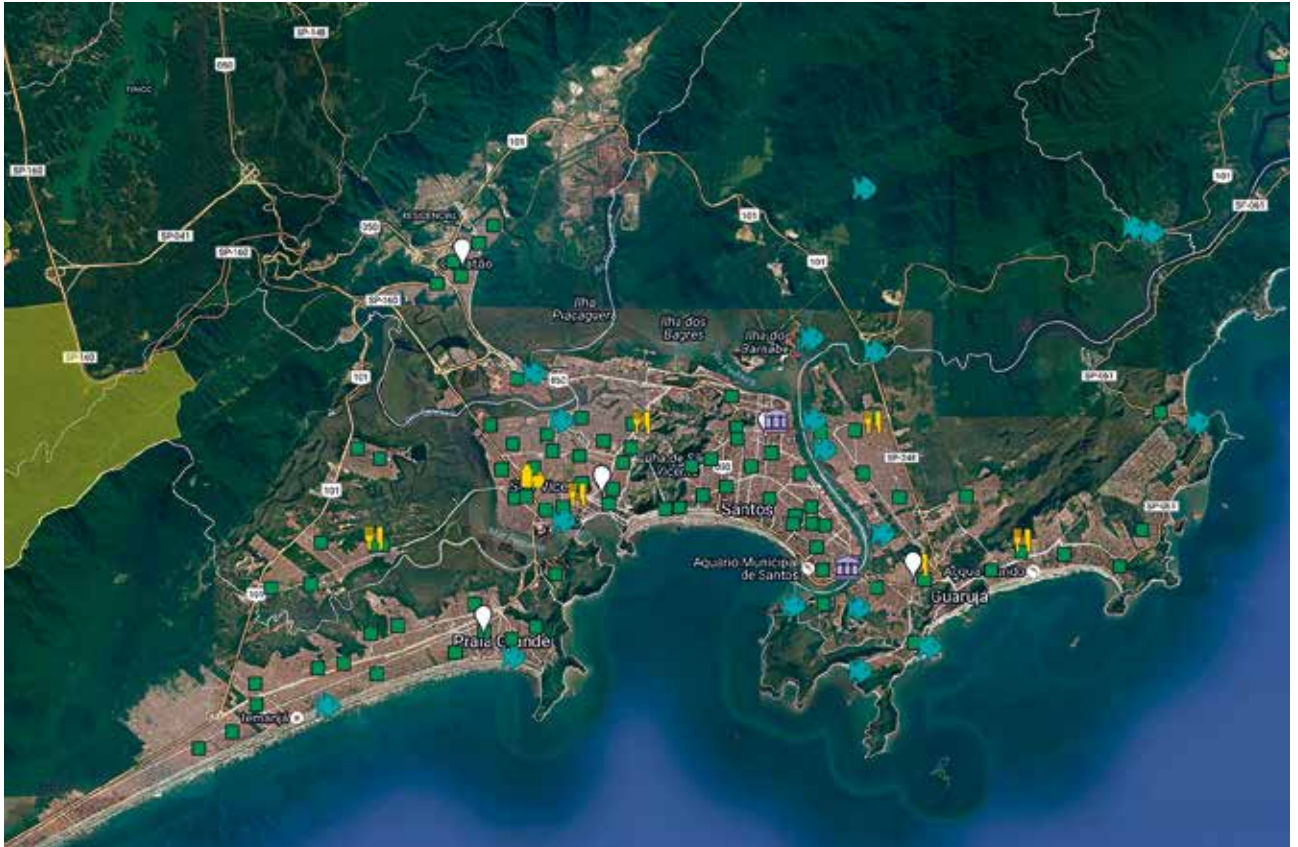
Contribuições do Observatório



O turismo sustentável é que aquele que busca promover uma relação de respeito com o meio ambiente a partir da valorização das riquezas naturais e fortalecer a geração de renda para comunidades locais. Com esse foco, o Observatório Litoral Sustentável lançou o inédito **MAPA DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO LITORAL NORTE**, em que constam 87 atrativos turísticos nas quatro cidades.

As atrações turísticas foram levantadas durante reunião da Câmara Temática de Turismo Sustentável do Litoral Norte e checadas por consultoria especializada. O mapa apresenta as atrações turísticas organizadas em categorias: atrativos naturais (mergulho, mirante, observação de aves, observação de crustáceos, trilha/estrada/parque e turismo de aventura/ecoturismo); atrativos culturais (turismo cultural e gastronômico), atividades econômicas e/ou de manejo (produtos da Mata Atlântica, maricultura ou vieiras), esportes (esportes e eventos) e serviços (informações turísticas). Do total de atrativos listados em sua primeira versão, 44 estão em São Sebastião (19 culturais, 16 naturais, 6 econômicos e/ou manejo e 3 esportivos), 20 em Ubatuba (8 naturais, 4 culturais, 4 esportivos, 2 econômicos e/ou manejo e 2 de serviços), 17 em Ilhabela (todos naturais) e 6 em Caraguatatuba (5 naturais e 1 cultural).

MAPA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA BAIXADA SANTISTA



O Observatório Litoral Sustentável elaborou um **MAPA INTERATIVO COM OS ELEMENTOS QUE COMPÕEM O SISTEMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA BAIXADA SANTISTA**. O mapa mostra no território os equipamentos de acesso ou de aquisição de alimentos, como restaurantes populares, banco de alimentos, mercados públicos, feiras-livres e feiras organizadas por agricultores familiares e por pescadores artesanais.

Apresenta também a localização das organizações de produtores da agricultura familiar, os produtos que oferecem e a forma de contato, que podem ser acessadas pelo poder público, compradores institucionais, como hotéis e restaurantes e, eventualmente pela população em geral. Mostra, ainda, o perfil de cada município em relação à segurança alimentar e nutricional, se já têm aprovada a lei que cria órgãos responsáveis pela gestão da política de segurança alimentar até os programas existentes equipamentos de acesso e aquisição de alimentos.

PUBLICAÇÕES IMPRESSAS E ELETRÔNICAS

BOLETIM E CADERNO TEMÁTICO COMPENSAÇÕES AMBIENTAIS



Contribuições do Observatório

A Mesa de Diálogo Grandes Empreendimentos do Litoral Norte vem construindo, desde 2014, processos de participação na região para que a sociedade compreenda melhor os impactos dos grandes empreendimentos no litoral e o processo de licenciamento ambiental, bem como os caminhos percorridos pelos recursos oriundos das contrapartidas desses empreendimentos. A **COMPENSAÇÃO AMBIENTAL** paga às unidades de conservação é uma delas. O tema deu origem a um caderno temático e um boletim.

Por ser direcionado às unidades de conservação, o pagamento de compensações ambientais tem relevante papel para a consolidação e o fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Isso pode ocorrer em nível nacional, pois os critérios de distribuição desses recursos permitem que parte seja aplicada em outras regiões que não a da implantação dos empreendimentos de significativo impacto ambiental, mas, especialmente, na área de influência e sobretudo nas unidades de conservação e zonas de amortecimento diretamente afetadas por esses grandes empreendimentos.



BOLETIM E CADERNO TEMÁTICO DOS ROYALTIES



O caderno temático **ROYALTIES: RECURSOS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL** faz parte do esforço do Observatório para divulgar informações e conteúdos construídos de forma participativa nos debates, contribuindo para ampliar a participação da comunidade nos processos decisórios relacionados aos grandes empreendimentos e de suas contrapartidas para a sociedade.

O primeiro estudo desse caderno temático, Marco legal do petróleo e gás no Brasil: Reflexões sobre as possibilidades de implementação de políticas públicas apresenta as inovações legais e jurídicas e o novo marco legal para a atividade petrolífera adotados no Brasil a partir de 2010. Aponta os mecanismos que possibilitam a implementação nas regiões impactadas de políticas públicas na perspectiva do desenvolvimento sustentável e da justa distribuição das riquezas geradas pela exploração e produção de petróleo e gás. Já o Boletim dos Royalties traz uma síntese do caderno temático, com uma abordagem mais didática e acessível.

CONDICIONANTES

CONDICIONANTES
Boletim do Observatório 3

EDITORIAL
Condicionantes: obrigações dos empreendedores

Este boletim do Observatório Litoral Sustentável trata do tema **Condicionantes**, contrapartidas obrigatórias dos grandes empreendimentos em curso no Litoral Paulista à sociedade pelos impactos ocasionados, que o Observatório vem monitorando por meio de suas instâncias, a Mesa de Diálogo do Litoral Norte e a Câmara Temática da Baixada Santista.

Condicionantes são compromissos assumidos pelos grandes empreendedores durante o processo de licenciamento ambiental de seus empreendimentos. As condicionantes são definidas nas diferentes fases do licenciamento, quando o órgão licenciador, Ibama ou Cetesb no caso do estado de São Paulo, avalia os estudos de impacto ambiental do empreendimento e emite a licença, desde que determinadas condições sejam cumpridas. Essas condições – as condicionantes – se traduzem em projetos que visam evitar, mitigar ou compensar os impactos sociais e ambientais previstos nos estudos. As condicionantes também podem ser exigências de

realização de estudos ou do monitoramento do impacto do empreendimento, como alterações em correntes marítimas, nas atividades pesqueiras e na dinâmica de alguma comunidade, entre tantas outras.

Como em todo projeto de impacto socioambiental que envolve grandes recursos e muitos parceiros, a participação da comunidade é fundamental, tanto na definição das condições a serem propostas para a liberação dos empreendimentos, quanto no monitoramento e controle sobre sua real execução.

Para contribuir com essa participação, o Observatório Litoral Sustentável, através da Mesa de Diálogo sobre Grandes Empreendimentos do Litoral Norte, organizou um Banco de Condicionantes, banco de dados contendo as informações sobre as condicionantes necessárias para que a sociedade civil possa conhecer, acompanhar e monitorar sua execução. O Banco de Condicionantes pode ser acessado no site do Observatório: litoralsustentavel.org.br

O Observatório Litoral Sustentável busca fomentar a discussão sobre o desenvolvimento sustentável no Litoral Paulista, promovendo a articulação e o diálogo entre sociedade civil, setor privado e poderes públicos. Parceria entre o Instituto Pólis e a Petrobras, o Observatório dissemina informações, realiza capacitações e assessorias técnicas e monitora a implementação das agendas para o desenvolvimento sustentável da região. Conheça o trabalho e conteúdos produzidos pela Mesa de Diálogo do Litoral Norte e pela Câmara Temática da Baixada Santista no site: <http://litoralsustentavel.org.br/camara-tematicas-2>

O licenciamento ambiental e suas condicionantes
Os grandes empreendimentos do Litoral Paulista
O mapa dos grandes empreendimentos
Condicionantes dos grandes empreendimentos
Monitoramento das condicionantes pelo Observatório Litoral Sustentável

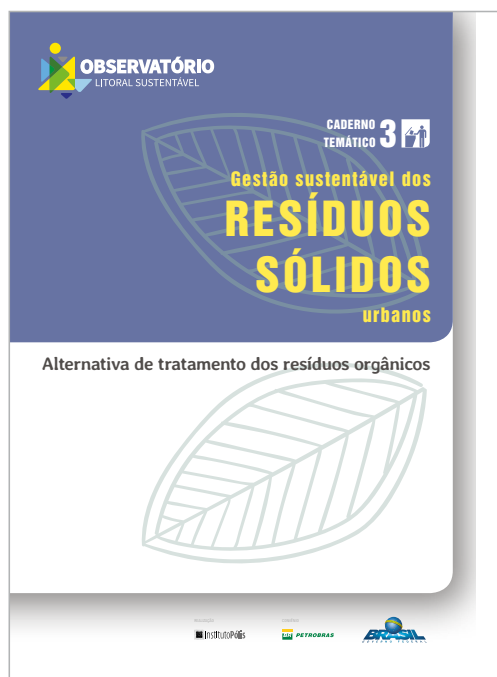
INSTITUTO PÓLIS
PETROBRAS

As condicionantes ambientais determinadas aos grandes empreendedores da Baixada Santista e do Litoral Norte constituem um amplo universo de obrigações previstas em licenças ambientais e autorizações emitidas nas diversas etapas de licenciamento ambiental dos grandes empreendimentos. Trata-se de informação de difícil acesso, seja pelo seu caráter técnico, seja pela grande quantidade de informações ou ainda porque diversos documentos não estão acessíveis nos sites dos órgãos licenciadores.

Contudo, conhecê-las se torna fundamental para que a sociedade possa acessar informações estratégicas e monitore os grandes empreendimentos localizados em seu território, antes e depois do licenciamento e assim ter mais condições de acompanhar e intervir nas transformações regionais.

Pensando em ampliar o debate, o Observatório elaborou um boletim sobre o tema, com informações didáticas e explicações sobre o funcionamento das condicionantes para a população em geral.

CADERNO TEMÁTICO RESÍDUOS SÓLIDOS



Os objetivos deste caderno temático do Observatório Litoral Sustentável é apresentar subsídios para o debate com os interlocutores no Litoral Norte e na Baixada Santista, contribuindo para a mudança na cultura de gestão requerida pela Política Nacional de **RESÍDUOS SÓLIDOS** (PNRS). O caderno dissemina alternativas tecnológicas de manejo e disposição final dos resíduos sólidos urbanos (RSU) alinhadas com a PNRS, com ênfase em projetos de biodigestão.


O material foi desenvolvido originalmente como parte do projeto Gestão Sustentável de Resíduos Sólidos Urbanos – Uma Proposta para Itanhaém/SP, trabalho realizado pelo Instituto Pólis, com apoio da Latin America Regional Climate Initiative (Larci). A Prefeitura de Itanhaém, na Baixada Santista, foi escolhida como parceira por já assumir a mudança da cultura de gestão e a necessidade de tratamento dos resíduos orgânicos como objetivos em seu Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos/Prefeitura Municipal de Itanhaém (PGIRS/PMI).

CADERNO TEMÁTICO DIÁLOGO E PARTICIPAÇÃO



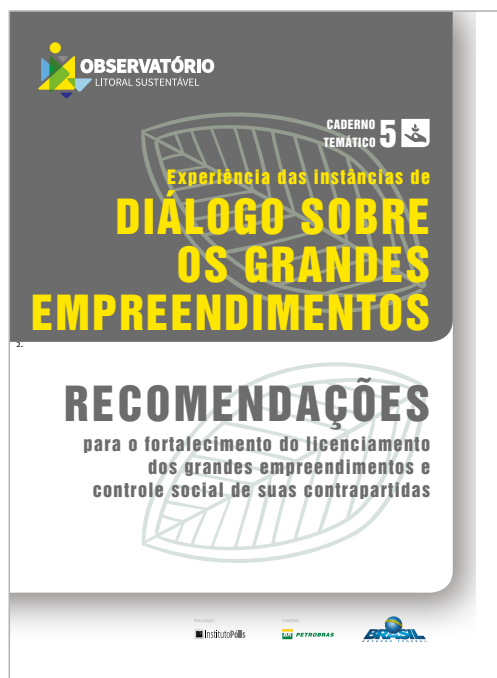
Contribuições do Observatório

Este caderno, com versão em inglês, faz uma síntese do trabalho desenvolvido pelo Instituto Pólis em convênio com a Petrobras no Litoral Paulista, desde 2011. Apresenta resumidamente o Projeto Litoral Sustentável, ponto de partida dessa atuação, e enfatiza as atividades do Observatório Litoral Sustentável e de cada uma de suas instâncias de participação, realizadas entre 2015 e 2016.

 Iniciativa inovadora e inédita na região, o Observatório Litoral Sustentável estruturou-se em quatro instâncias de participação com diferentes frentes de atuação transversais, valorizando a interlocução com os atores sociais locais e regionais. Por meio dessas instâncias, produziu extensa sistematização de conhecimentos sobre os temas relativos aos grandes empreendimentos no Litoral Paulista, ao turismo sustentável e de base comunitária, à regularização fundiária, aos direitos dos povos e comunidades tradicionais e à segurança alimentar e nutricional.

CADERNO TEMÁTICO 4 DIÁLOGO E PARTICIPAÇÃO

CADERNO TEMÁTICO DIÁLOGO SOBRE OS GRANDES EMPREENDIMENTOS | RECOMENDAÇÕES



Este caderno procura sintetizar a experiência inédita das instâncias de **DIÁLOGO SOBRE OS GRANDES EMPREENDIMENTOS** do Observatório Litoral Sustentável – Mesa de Diálogo do Litoral Norte e Câmara Temática da Baixada Santista, que, entre 2015 e 2016, reunindo importantes atores sociais da região, se debruçaram sobre as questões relacionadas ao licenciamento ambiental e ao conjunto de obrigações dos empreendedores advindos do processo de licenciamento no Litoral Paulista. O caderno traz também, a avaliações dessa experiência por vários atores que participaram desse processo.

As atividades realizadas pela Mesa de Diálogo do Litoral Norte e pela Câmara Temática da Baixada Santista geraram o conjunto de **RECOMENDAÇÕES** aqui publicadas, ligadas aos processos de licenciamento ambiental e urbanístico e ao monitoramento da aplicação dos recursos advindos dos royalties da exploração de petróleo e gás.

CARTILHA BOAS COMPRAS DA AGRICULTURA FAMILIAR



A cartilha **BOAS COMPRAS DA AGRICULTURA FAMILIAR** tem como objetivo disseminar informações sobre os programas de compras públicas de alimentos da agricultura familiar e do pescador artesanal e dar início à identificação das organizações de fornecedores na região, para facilitar a execução dos programas pelos gestores municipais e ampliar a participação das organizações no mercado público. A publicação descreve os programas federais e estaduais existentes e indica organizações de produtores na Baixada Santista, no Vale do Ribeira, em Eldorado, Juquiá, Miracatu, Registro e Sete Barras.

Contribuições do Observatório

CARTILHA SISTEMAS MUNICIPAIS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL



CADERNO TEMÁTICO 4 DIÁLOGO E PARTICIPAÇÃO



A publicação faz parte do esforço de fortalecer os processos de implantação de um Sistema de Segurança Alimentar (Sisan) no Litoral Paulista, buscando fomentar a discussão sobre o tema. O conteúdo apresenta os conceitos básicos e o marco legal para a constituição do Sisan em suas diversas instâncias – nacional, estadual e municipal – e aponta elementos para a análise do estágio de implantação do sistema de segurança alimentar nos municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista.

CARTILHA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA



Esse guia tem por objetivo esclarecer o que é a regularização fundiária e o que é preciso fazer para realizá-la. É muito comum encontrarmos nas chamadas terras da União, que são áreas que pertencem ao Estado, situações de ocupações irregulares, sejam essas ocupações moradias ou para comércio, recentes ou de longa data. No Litoral Paulista essa é uma situação frequente.

Regularização fundiária é o conjunto de processos que devem ser realizados para se conseguir a transformação de uma ocupação precária em uma ocupação regular.

CADERNO TEMÁTICO DIREITO DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS



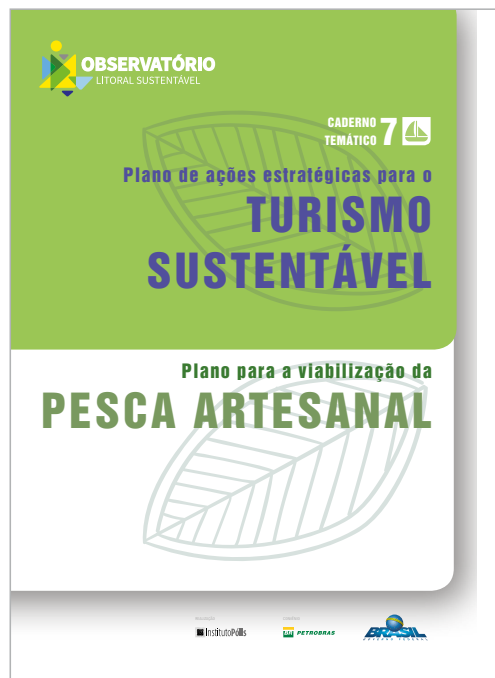
Contribuições do Observatório

O Encontro Regional sobre **DIREITOS DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS EM ESPAÇOS TERRITORIAIS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS** gerou esta publicação que traz os principais pontos discutidos durante o evento e deixa documentadas os problemas que a comunidade caiçara vem enfrentando, bem como a afirmação de que seus direitos são assegurados pela Constituição Brasileira e pela Convenção 169 da OIT, as quais se sobrepõem à legislação que busca expulsá-los de seus territórios tradicionais.



CADERNO TEMÁTICO 4 DIÁLOGO E PARTICIPAÇÃO

CADERNO TEMÁTICO PESCA ARTESANAL e TURISMO SUSTENTÁVEL



O **PLANO PARA A VIABILIZAÇÃO DA PESCA NO LITORAL NORTE** foi elaborado com base nos resultados da oficina **INSERÇÃO DO PESCADO NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS MUNICÍPIOS DO LITORAL NORTE DE SÃO PAULO**, realizada em Caraguatatuba, em 29 de setembro de 2015, que teve como objetivo realizar um processo de esclarecimento sobre o que dispõe a lei nº 11.947/ 2009 da compra de alimentos para a alimentação escolar em sua regulamentação. A publicação mapeia os desafios identificados por gestores públicos e pelas organizações sociais ligadas à pesca artesanal para a ampliação da sua participação nesse mercado de compras públicas e identifica os entraves burocráticos nas prefeituras locais para a implementação da política de compras de pescado artesanal para o cumprimento da PNAE. Como conclusão o plano aponta estratégias para a resolução dos problemas identificados.

O **PLANO DE AÇÃO PARA O TURISMO SUSTENTÁVEL** nasceu das discussões e priorizações realizadas pela Câmara Temática de Turismo Sustentável do Litoral Norte. O documento visa a estruturação do uso público das unidades de conservação e em suas zonas de amortecimento localizadas no Litoral Norte, por meio da formação de guias e monitores ambientais para atuação nessas áreas, com ênfase em observação de aves. Além disso, o conteúdo foca nas diretrizes relativas ao TBC voltado para projetos que visam apoiar as comunidades tradicionais.

AUDIOVISUAL



SÉRIE DE ANIMAÇÕES

Buscando tornar mais leves os conteúdos densos trabalhados ao longo do projeto, o Observatório lançou três animações, em parceria com a produtora Garapa, para explicar de maneira bem didática como funcionam o licenciamento ambiental, os royalties do pré-sal e as compensações ambientais. O conteúdo está disponível na Internet e pode ser acessado pela população em geral para entender esses temas, que apesar de fazerem parte do cotidiano das cidades do litoral não são de fácil compreensão.

Contribuições do Observatório



DOCUMENTÁRIO

Nessa mesma linha, o Observatório produz, em parceria com a Mia Movie, o documentário sobre regularização fundiária, abordando situações envolvendo as comunidades tradicionais de Ilhabela e Peruíbe e também as populações de área urbana de Santos e Guarujá. As quatro situações ilustram exemplos de diferentes situações relacionadas ao tema da regularização fundiária e de seus desdobramentos.

CADERNO TEMÁTICO 4 DIÁLOGO E PARTICIPAÇÃO

PUBLICAÇÕES ON-LINE

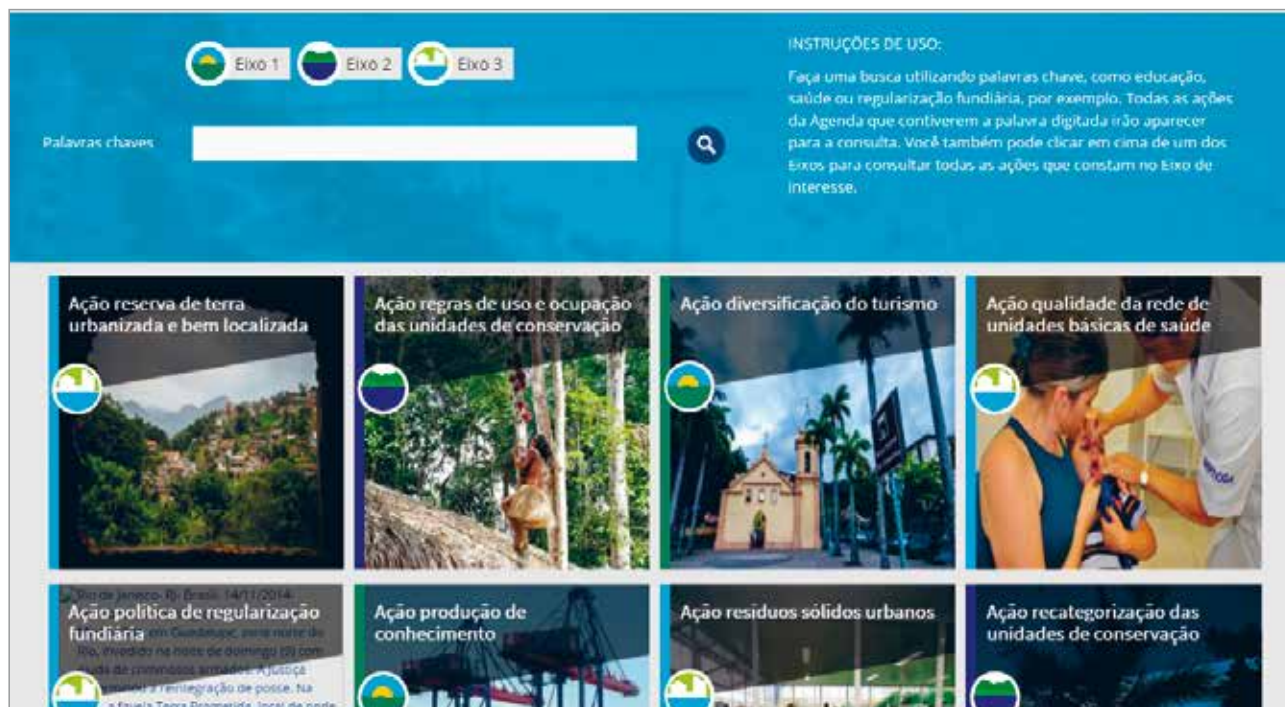
PÁGINAS DAS CÂMARAS TEMÁTICAS



Cumprindo o compromisso de transparência em todo o processo participativo, o site do Observatório possui uma página para cada Câmara Temática e Mesa de Diálogo, organizando todo o conteúdo trabalhado nessas instâncias.

Estão disponíveis relatorias, notícias sobre cada reunião, apresentações debatidas, vídeos dos eventos e mais uma série de conteúdos que subsidiam as discussões. Desse modo amplia-se o alcance das informações para além das reuniões presenciais, inclusive para quem não esteve presente na ocasião.

AGENDA DINÂMICA



Contribuições do Observatório

A Agenda de Desenvolvimento Sustentável foi impressa e distribuída para diferentes órgãos, entidades, secretarias, departamentos e organizações do Litoral Paulista. Além disso, uma versão em PDF foi disponibilizada no nosso site. Contudo, a equipe de Comunicação avaliou ser necessária a disponibilização do conteúdo de forma mais moderna e fácil de acessar. Para isso foi criada a **AGENDA DINÂMICA**, que integrou todo o conteúdo da Agenda, apresentando-o de forma interativa para possibilitar diferentes usos e buscas e ainda incentivar através da sua navegação fluida o conhecimento e a apropriação das suas diferentes formas de aplicação no Litoral Paulista. É possível pesquisar por temas como Educação e Saúde, o que possibilita melhor apropriação do conteúdo pela população em geral.



CADERNO TEMÁTICO 4 DIÁLOGO E PARTICIPAÇÃO

EDITORIA BOAS PRÁTICAS



Boas Práticas

Mulheres buscam autonomia na agricultura familiar e pesca artesanal

Publicado em 12 de setembro de 2016



Em contraponto à lógica prejudicial ao meio ambiente e ao desenvolvimento local do agronegócio, a agricultura familiar e a pesca artesanal são práticas sustentáveis.

Projeto leva surfe para rede municipal de ensino em Ubatuba

Publicado em 30 de agosto de 2016



Em meio aos Jogos Olímpicos, Ubatuba recebeu com festa a notícia de que o surfe passará a integrar a lista de modalidades do evento...

Projeto leva peixe à merenda escolar de Itanhaém

Publicado em 24 de agosto de 2016



Projeto que alia geração de renda e segurança alimentar leva pescado de qualidade à merenda escolar de Itanhaém. [Continue lendo →...](#)

Um dos compromissos do Observatório Litoral Sustentável é divulgar programas e atividades estruturadas realizadas nos municípios do Litoral Paulista que contribuam para o desenvolvimento sustentável com inclusão social. O parâmetro de seleção dessas boas práticas é a Agenda Regional de Desenvolvimento Sustentável, bem como as agendas municipais, que reúnem um conjunto de ações estratégicas que objetiva orientar a atuação dos poderes públicos e da sociedade civil visando o desenvolvimento sustentável. Os temas aqui priorizados são regularização fundiária, direito à moradia, segurança alimentar e inclusão produtiva das comunidades, resíduos sólidos, conservação ambiental e da biodiversidade, monitoramento dos grandes empreendimentos e turismo de base comunitária.

Ao longo do projeto foram elaboradas 23 reportagens trazendo diferentes práticas realizadas pelo poder público municipal e organizações da sociedade civil. Com linguagem acessível, os textos valorizavam e problematizavam a importância de cada tipo de atuação no Litoral Norte.

PLATAFORMA DE MONITORAMENTO



Diante da complexidade da região e das possibilidades de atuação do Observatório Litoral Sustentável para garantir a implementação da Agenda Regional, criou-se um sistema de monitoramento que acompanha sistematicamente as Ações Estratégicas propostas na Agenda Regional e seus efeitos no Litoral Paulista, ao mesmo tempo em que subsidia a tomada de decisões, apoiando à ação dos atores sociais locais.

O monitoramento será feito a partir de indicadores determinados previamente pelo projeto para cada uma das 30 Ações da Agenda Regional. Um banco de dados foi construído com as informações para os 13 municípios do Litoral Paulista, bem como para a região em que estão inseridos. E está disponível no site do Observatório com interface amigável, o que possibilita a livre consulta pelos atores sociais locais e demais interessados.

Alguns indicadores foram formulados dentro das instâncias participativas do Observatório e visam não apenas compor um sistema que acompanhe o progresso das Ações Estratégicas, mas também responder às expectativas regionais quanto à produção e sistematização de informações, relevantes ao bom planejamento, monitoramento e execução e políticas públicas locais e regionais.

A plataforma está disponível no link www.litoralsustentavel.org.br/indicadores



BANCO DE CONDICIONANTES DO LITORAL PAULISTA

OBSERVATÓRIO
LITORAL SUSTENTÁVEL

Banco de dados - Grandes empreendimentos - SQL

MANUAL DE USO DIFICULDADES ACESSO A INFORMAÇÃO

Preencha o campos de sua escolha para fazer a busca de registros no banco de dados:

EMPRESAMENTOS

Nome:

Tipo: Qualquer ▾

Empreendedor:

Localização: Qualquer ▾

Campo livre:

CONDICIONANTES

Empreendimento:

Empreendedor:

Condicionante:

Tipo de documento: Qualquer ▾

Natureza: Qualquer ▾

Tema: Qualquer ▾

Campo livre:

O BANCO DE CONDICIONANTES AMBIENTAIS DOS GRANDES EMPREENDIMENTOS DO LITORAL PAULISTA constitui uma ferramenta importante para monitorar a situação dos grandes empreendimentos que vêm transformando a realidade da região (ver página 37).

Com uma metodologia amigável, o banco de condicionantes permite saber o nome do empreendimento, sua tipologia, em qual município está inserido, quem é o empreendedor, onde ele está localizado, o custo estimado, o tamanho da área diretamente e indiretamente afetada, a área de influência direta e indireta; o órgão licenciador, o número do processo administrativo (para consultas), as datas de autuação e encerramento do processo de licenciamento, o valor da compensação ambiental paga, as unidades de conservação contempladas, a destinação da compensação, a situação da compensação, se há medidas judiciais ou não e observações.

O banco pode ser acessado em www.litoralsustentavel.org.br/plataformadecondicionantes





Desafios do Observatório

A continuidade do Observatório e de suas instâncias de diálogo é um grande desafio. É importante dar continuidade a essa experiência, de diálogo entre os grandes empreendedores e as comunidades afetadas. O processo de diálogo ser internalizado pelos empreendedores, órgãos licenciadores e sociedade civil como uma ferramenta de apoio aos processos de licenciamento ambiental.

Outro grande desafio do Observatório é obter fontes de financiamento diversas. O mais adequado seria os órgãos licenciadores definirem o diálogo como uma condicionante para todos os empreendedores. Ao mesmo tempo, é importante para o Observatório ter outras fontes de financiamento, como parcerias com as universidades, que garantam o processo de monitoramento dos impactos e das condicionantes em prazos mais longos.

Anexo

ORGANIZAÇÕES DO PODER PÚBLICO E DA SOCIEDADE CIVIL QUE PARTICIPARAM EM MAIS DE UM EVENTO DAS INSTÂNCIAS DO OBSERVATÓRIO LITORAL SUSTENTÁVEL

Baixada Santista

Conselhos Municipais/Fóruns	
Instituição/Organização	Município
Conselho Municipal da Criança e Adolescente	Bertioga
Conselho Municipal Deficiente Físicos	Bertioga
Agenda 21	Guarujá
Conselho Municipal de Segurança	Guarujá
Conselho Municipal de Saúde	Guarujá
Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT	Peruíbe
Coordenação Nacional Caiçara - União dos Moradores da Juréia	Peruíbe
Conselho Municipal da Criança e Adolescente	São Vicente



Entidades Acadêmicas	
Instituição/Organização	Município
Unaisa	Guarujá
Unisantos	Santos
IEE/USP/Deicmar Ambiental	Santos
Unifesp/Instituto do Mar	Santos

Entidades profissionais	
Instituição/Organização	Município
Sintracomos	Cubatão
Cooperrumo	Mongaguá
Associação de Monitores Ambientais de Peruíbe - AMAP	Peruíbe
Associação Mulheres da Pesca	Peruíbe
Colônia de Pesca Z5	Peruíbe

Grandes Empreendedores

Petróleo e Gás	Município
Petrobras - Unidade de Operações Bacia de Santos – Gerência Ambiental	Santos

ONGs e Movimentos Sociais

Instituição/Organização	Município
Movimento Guarujá Competitivo	Guarujá
Ecosurfi	Itanhaém
Observatório Social	Itanhaém
União dos Moradores da Juréia	Peruíbe
Associação de Moradores do Itinguçu	Peruíbe
Aldeia Indígena Bananal	Peruíbe
Associação Amigos do Balneário Nova Peruíbe - ABANOP	Peruíbe
Pastoral da Criança	Peruíbe
Instituto de Estudos e Conservação da Mata Atlântica	Peruíbe
Movimento Pró Moradia Sítio do Campo	Praia Grande
Central de Movimentos Populares	Praia Grande
Movimento Pró Moradia São Jerônimo	Santos
Movimento Moradia Orquidário	Santos
Conjunto Habitacional Engenho dos Escravos	Santos
Sociedade de Melhoramentos do Jardim São Manuel	Santos
Fórum da Cidadania	Santos
Fórum de Economia Solidária da Baixada Santista	São Vicente
Centro Camará de Pesquisa e Apoio à Criança	São Vicente
Reciclatitude	São Vicente
Frente Pró Moradia da Baixada Santista	Vários

Empresas/Entidades profissionais

Instituição/Organização	Município
Inovar Ideias	Guarujá



Poder Público Municipal

Instituição/Organização	Município
Casa dos Conselhos de Bertioga	Bertioga
Banco de Alimentos	Itanhaém
Vereador Câmara Municipal	Itanhaém
Vereador Câmara Municipal	Mongaguá
Departamento de Meio Ambiente	Mongaguá
Departamento de Agricultura	Mongaguá
Departamento de Meio Ambiente	Peruíbe
Departamento de Agricultura	Peruíbe
EE Maya Alice Ekman Perúibe	Peruíbe
Vereador da Câmara Municipal	Peruíbe
Secretaria de Meio Ambiente	Santos
Gabinete do Prefeito	São Vicente
Secretaria de Meio Ambiente	São Vicente

Poder Público Estadual

Instituição/Organização	Município
APA Marinha Litoral Centro	Vários
Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI/SAA	Peruíbe
Diretora Regional de Turismo/AGEM	Regional
ETEC Turismo	Peruíbe
Fundação Florestal – Gerência Regional BS e LN	Regional
Parque Estadual da Serra do Mar RDS Barra do Una	Peruíbe

Poder Público Federal

Instituição/Organização	Município
Fundação Nacional do Índio	Itanhaém
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama	Santos
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	São Paulo
Ministério do Desenvolvimento Agrário	São Paulo
Secretaria do Patrimônio da União – Escritório Baixada Santista	Santos

Litoral Norte

Conselhos/Fóruns/Redes	
Instituição/Organização	Município
Agenda 21 – Bairro Pegorelli	Caraguatatuba
Comitê de Bacias Hidrográficas – Tecnologia Aplicada	Vários
Conselho das Comunidades Quilombolas Ubatuba	Ubatuba
Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas – Conaq	Caraguatatuba
Fórum Comunidades Tradicionais	Paraty
Coordenação Nacional das Comunidades Tradicionais	Ilhabela

Entidades Acadêmicas	
Instituição/Organização	Município
Centro de Biologia Marinha CEBIMAR – USP	São Sebastião
Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais/UNICAMP	Campinas
Fundação de Estudos e Pesquisas Aquáticas – Fundespa	São Paulo

Empresas/Entidades profissionais	
Instituição/Organização	Município
Sítio do Cambuci	Caraguatatuba
Ilhavela Charters	Ilhabela
Bioveritas	São Paulo
Tamoios Inteligência Geográfica	São Paulo
Eco-Experience	São Sebastião
Green Way Brasil – Receptivo de Ecoturismo e Escola de Surfe	São Sebastião
OMBROFILA Consult. Ambiental	Ubatuba
Espaço Caetê – pousada	Ubatuba
Associação Hotels de Ubatuba – AHU	Ubatuba
Associação Náutica de Ubatuba	Ubatuba

ONGs e Movimentos Sociais

Instituição/Organização	Município
Associação de Pescadores e Maricultores da Praia da Cocanha	Caraguatatuba
Coisas Caiçaras / Manguezais Caraguá	Caraguatatuba
Maranata Ecologia	Caraguatatuba
SOS Lagoa Azul	Caraguatatuba
Associação Bonete Sempre	Ilhabela
Ilhabela.org	Ilhabela
Instituto Conservação Costeira – ICC	Ilhabela
Instituto Ilhabela Sustentavel	Ilhabela
Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina - OTSS	Paraty
Flow Desenvolvimento Sustentável e Consciente	São Paulo
Instituto Paca	São Paulo
Reserva da Biosfera da Mata Atlântica	São Paulo
E.M. Ilha Montão de Trigo	São Sebastião
Movimento "Túnel sim, viaduto jamais!"	São Sebastião
Serviço Franciscano de Solidariedade – São Sebastião	São Sebastião
Instituto Educa Brasil	São Sebastião
Instituto Supereco	São Sebastião – São Paulo
Instituto Onda Verde	São Sebastião / Caraguá
Associação Comunidade Remanescente Quilombo da Fazenda	Ubatuba
Associação Cunhambebe Ilha Anchieta	Ubatuba
Associação de Moradores do Bairro Picinguaba	Ubatuba
Associação de Moradores Lázaro	Ubatuba
Instituto de Boas Práticas Ambientais	Ubatuba
Instituto de Permacultura e Ecovilas da Mata Atlântica	Ubatuba



Poder Público Municipal

Instituição/Organização	Município
Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca	Caraguatatuba
Secretaria Municipal de Turismo	Caraguatatuba
Secretaria de Meio Ambiente	Ilhabela
Secretaria de Turismo	Ilhabela
Secretaria da Educação	Ilhabela
Secretaria de Turismo	Ubatuba
Secretaria de Agricultura, Pesca e Abastecimento	Ubatuba
Secretaria de Meio Ambiente	Ubatuba
Secretaria de Turismo	São Sebastião

Poder Público Estadual

Instituição/Organização	Município
Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios – APTA – UPD Ubatuba/SAA	Ubatuba
APA Marinha – LN	São Sebastião
Fundação Florestal	Caraguatatuba
Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP – Ubatuba	Ubatuba
Ministério Público Estadual – Grupo de Atuação Especial do Meio Ambiente – GAEMA – LN	Caraguatatuba
Polícia Militar Ambiental – Litoral Norte Paulista	Caraguatatuba
Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleos: Caraguatatuba, Picinguaba e São Sebastião	Caraguatatuba, Ubatuba e São Sebastião
Parque Estadual de Ilhabela	Ilhabela

Poder Público Federal

Instituição/Organização	Município
Fundação Nacional do Índio – Funai – Coordenação Técnica Local – CTL	Paraty
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA	Caraguatatuba
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio	São Sebastião
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	São Paulo
Ministério do Desenvolvimento Agrário	São Paulo
Ministério Público Federal – Litoral Norte	Caraguatatuba
Secretaria do Patrimônio da União	São Paulo

Grandes Empreendedores

Petróleo e Gás	Município
Petrobras - Unidade de Operações Bacia de Santos – Gerência Ambiental	Santos



